

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CCMN – INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Dinâmica Espacial de Manufaturas no Rio de Janeiro
Oitocentista

Leonardo Rodrigues de Oliveira

Orientador: Mauricio de Almeida Abreu

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO REQUISITO
PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIAS
(M. SC.)

Rio de Janeiro
Novembro de 2008

PLANTA
DA CIDADE DO
RIO DE JANEIRO
NOVAMENTE ERIGIDA PELO
VIA DE VILLIERS DE HERLADAM
CORTEADA POR A. ALLESTRADE
PROFESSOR G. LEH ZANDER

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CCMN – INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA

Dinâmica Espacial de Manufaturas no Rio de
Janeiro Oitocentista

Leonardo Rodrigues de Oliveira

Orientador: Mauricio de Almeida Abreu

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO SUBMETIDA AO CORPO
DOCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
COMO REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE
MESTRE EM CIÊNCIAS (M. SC.)

Rio de Janeiro
Novembro de 2008

TES
0285

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CCMN – INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA

Dinâmica Espacial de Manufaturas no Rio de
Janeiro Oitocentista

Leonardo Rodrigues de Oliveira

Orientador: Mauricio de Almeida Abreu

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO SUBMETIDA AO CORPO
DOCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
COMO REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE
MESTRE EM CIÊNCIAS (M. SC.)

Aprovada por:

Prof. Dr. Maurício de Almeida Abreu (Presidente da Banca)

Prof. Dr. Roberto Lobato Corrêa

Prof(a). Dr. Fania Fridman

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CCMN – INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Dinâmica Espacial de Manufaturas no Rio de Janeiro
Oitocentista

Leonardo Rodrigues de Oliveira

Orientador: Mauricio de Almeida Abreu

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO REQUISITO
PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIAS
(M. SC.)

Aprovada por:

Prof. Dr. Maurício de Almeida Abreu (Presidente da Banca)

Prof. Dr. Roberto Lobato Corrêa

Prof(a). Dr. Fania Fridman

Agradecimentos

Este trabalho tem como objetivo principal analisar a dinâmica espacial das indústrias no Rio de Janeiro Oitocentista, sob a perspectiva da Geografia Histórica. Para isso, foram utilizadas fontes primárias e secundárias, bem como técnicas de análise espacial. Agradeço aos professores do Instituto de Geociências da UFRJ, em especial ao Prof. Dr. Alexandre de Albuquerque, por sua orientação e apoio durante o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço também aos meus pais, Cláudio e Maria, por sua compreensão e incentivo durante todo o processo acadêmico. Um agradecimento especial ao meu amigo e colega de curso, o Prof. Dr. Roberto de Almeida, por sua ajuda e apoio durante a elaboração deste trabalho.

Por fim, agradeço ao Prof. Dr. Alexandre de Albuquerque, meu orientador, por sua paciência, orientação e apoio durante todo o processo acadêmico. Um agradecimento especial ao meu amigo e colega de curso, o Prof. Dr. Roberto de Almeida, por sua ajuda e apoio durante a elaboração deste trabalho. Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia/PPGG, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Ficha Catalográfica

Oliveira, Leonardo Rodrigues de

Dinâmica Espacial de Indústrias no Rio de Janeiro Oitocentista. Rio de Janeiro, UFRJ, Programa de Pós- Graduação em Geografia/PPGG, 2008.

133 páginas

Dissertação de Mestrado: Mestre em Ciências

1. Geografia Histórica 2. Artesanatos e Manufaturas 3. Rio de Janeiro

I. Universidade Federal do Rio de Janeiro – CCMN (Instituto de Geociências)

Agradecimentos

Um agradecimento especial a meus pais, Oton Martins de Oliveira e Maria da Graça Rodrigues, cujo total apoio, amor e dedicação permitem que eu enfrente mais esta etapa. Agradeço também aos familiares que sempre me atenderam prontamente e com muito carinho, resolveram os mais diversos problemas ocorridos.

A pesquisa tornou-se possível graças à Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e ao Conselho de Aperfeiçoamento de Pesquisa no Ensino Superior (CAPES), que nos forneceu uma bolsa de estudos, pela qual somos gratos.

O apoio recebido do professor Dr. Maurício de Almeida Abreu, meu orientador, foi fundamental para que se tornasse possível à realização do presente estudo. Um sincero agradecimento, não só pelo acompanhamento desse trabalho, mas pela confiança que tem depositado em mim nesses anos de convívio. São poucos anos sob sua orientação desde que ingressei no atualmente denominado Núcleo de Pesquisas em Geografia Histórica (NPGH), porém, um período que têm me proporcionado experiências extremamente enriquecedoras através de suas sugestões, elogios e críticas.

Gostaria de agradecer também a todos os professores do programa de pós-graduação de Geografia da UFRJ - PPGG, que contribuíram com sugestões para essa dissertação. Mas a realização desse trabalho deve agradecimentos especialmente direcionados aos professores Mauricio de Almeida Abreu e Roberto Lobato Corrêa, que ministraram, respectivamente, as disciplinas Introdução a Geografia Histórica em 2007/2 e Organização Interna da Cidade 2007/1 e com isso, as temáticas apresentadas em sala de aula certamente influenciaram a inclinar meu iniciante “olhar geográfico” para as questões emergentes da Organização Espacial da cidade.

Também devo ressaltar a ajuda de todos os funcionários do PPGG, que me auxiliaram na resolução de diferentes problemas burocráticos assim como, os amigos de trabalho do Núcleo de Pesquisas em Geografia Histórica (NPGH) – UFRJ. Para finalizar, portanto, apenas citarei os nomes de meus colegas de trabalho como forma de registrar uma geração com quem trabalhei dentro do Núcleo de Pesquisas em Geografia Histórica. São eles: Dr. Marcelo Werner da Silva, Ms. Bruno Affonso Rego Rossato, Ms. Alexandre da Silva Chaves, Rafael Luiz Leite Lessa Chaves (mestrando), Carlos Fernando Furtado Saldanha (mestrando), Marcus Vinicius Silva Gomes, Deborah da Costa Fontenelle, Vitor de Araújo Alves, Tamer Canteli de Castro. Foram estes companheiro(a)s, mais freqüentemente, os amigos com quem pude trocar experiências iniciais sobre o campo da Geografia Histórica e, também, sobre o processo de produção territorial da cidade através do tempo. E espero, sinceramente, que nosso diálogo continue.

iv)

RESUMO:

OLIVEIRA, Leonardo Rodrigues de. **Dinâmica Espacial de Indústrias no Rio de Janeiro Oitocentista**. Rio de Janeiro: 2008. Dissertação de Mestrado. Programa do Pós-Graduação em Geografia (PPGG). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro

Este trabalho examina a dinâmica espacial de manufaturas em três momentos distintos no Rio de Janeiro durante o século XIX. Narrativas comuns sobre a industrialização na cidade geralmente falham em captar a complexidade desse momento. Entre 1808 e 1821, quando a cidade substituiu Lisboa como a capital de todo Império Português, as posições de metrópole e colônia foram invertidas. Rapidamente a sociedade passou por diversos tipos de transformação. Uma dessas transformações ocorridas no período foi no início de processo industrial

Após 1810, com a abertura da economia e o aumento na competição também afetaram a estrutura do setor industrial. Restrições para a produção local foram feitas desde 1785, quando o governo português proibiu o desenvolvimento das manufaturas no Brasil para proteger seus produtos industriais. Então, se alguma produção industrial existia na cidade antes da vinda da Corte Portuguesa, ela estava nas mãos dos artesãos. Nós lembramos que algumas atividades eram proibidas de serem realizadas na cidade desde 1766. O objetivo dessa medida era prevenir, sobretudo, o contrabando de ouro. Em 1808, a abertura da economia não acabou com essa situação, mas sim fez surgir uma série de indústrias no espaço urbano da cidade. Como resultado, uma série de pequenas oficinas de artesanatos e manufaturas surgiram na cidade para suprir essa nova população. Nosso objetivo nessa pesquisa é, entretanto, compreender esse momento particular da industrialização, iluminando e reforçando os padrões espaciais de alguns tipos de indústria no Rio de Janeiro através de seu monitoramento espacial, relacionando com os principais Agentes Modeladores do Espaço Urbano na cidade nesse período.

Palavras-Chave: 1. Geografia Histórica 2. Rio de Janeiro 3. Pré-Indústria

ABSTRACT

OLIVEIRA, Leonardo Rodrigues de. **Dinâmica Espacial de Indústrias no Rio de Janeiro Oitocentista**. Rio de Janeiro: 2008. Dissertação de Mestrado. Programa do Pós-Graduação em Geografia (PPGG). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro

This paper examines the spatial dynamics of industry in three different moments in Rio de Janeiro in the nineteenth century. Commons narratives of industrialization in the city generally fail to capture the complexities of this moment. Between 1808 and 1821, when the city replaced Lisbon as the capital of the whole Portuguese empire, the position of colony and metropolis were inverted. Rapidly the society underwent for various and different types of transformation: One of these several transformations that the city underwent was the beginning of the industrial process.

After 1810, with the opening of the economy and associated increase in competition also affected the structure of the industrial sector. Restrictions to the local production had been done since 1785, when Portuguese Government forbade the development of manufacturing in Brazil in order to protect metropolitan industrialists. So, if any industrial production existed in the city before the arrival of the Portuguese empire, it was in the hands of the craftsmen. We remember that some activities were prohibited to work since 1766 to prevent contraband, mainly, of the goldsmiths. In 1808, the opening up of the economy didn't end up with this situation but also make arise a series of industries in the urban space in Rio de Janeiro. As a result, a series of small factories emerged across the urban landscape to supply this new population. Our aim in this paper is, however, to understand this particular moment of the industrialization and to enhance and highlight the spatial patterns of industries in Rio de Janeiro relating with the main producing Agents of the urban space in Rio de Janeiro in the nineteenth century.

Keywords: Historical geography, Rio de Janeiro, Industrialization

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	11
LISTA DE TABELAS.....	12
LISTA DE MAPAS.....	15
INTRODUÇÃO	15

PARTE 1 - BASE TEÓRICA E CONTEXTO TEMÁTICO

CAPÍTULO 1 – A BASE TEÓRICA

I - O modelo de “cidade pré-industrial” de Gideon Sjoberg.....	22
1.1 – Apresentando o modelo.....	25
1.2 – As Organizações Ecológicas	29
1.3 – As Organizações Econômicas.....	32
1.3 – A Organização social.....	34
2 – Breves notas conclusivas sobre o modelo.....	37

CAPÍTULO 2 - O RIO DE JANEIRO NO SÉCULO XIX: ANÁLISE HISTÓRICA.....39

CAPÍTULO 3 – O RIO DE JANEIRO NO SÉCULO XIX: A JUNTA DO COMÉRCIO, AGRICULTURA, FÁBRICAS E NAVEGAÇÃO DO BRASIL E DOMÍNIOS ULTRAMARINOS.....51

3.1 – A Junta do Comércio no Brasil	49
---	----

PARTE 2 – ESTUDO DE CASO

CAPÍTULO 4 - A DINÂMICA ESPACIAL DE ALGUNS GÊNEROS DE MANUFATURA NO RIO DE JANEIRO OITOCENTISTA.....	70
--	----

4.1 - Procedimentos Operacionais e Bases Cartográficas.....	70
---	----

CAPÍTULO 5 – Análise individualizada dos mapas.....	96
---	----

5.1 - O recorte sincrônico de 1845.....	96
5.2 - O recorte sincrônico de 1865.....	98
5.3- O recorte sincrônico de 1885.....	102

CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
----------------------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	106
---------------------------------	-----

Anexo 1 -	108
-----------------	-----

Lista de Figuras

Figura 1 – Estrutura e Organização da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação.....	50
Figura 2 – Distribuição dos diversos Órgãos componentes da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação na Corte e nas Províncias da Bahia, Pernambuco e Maranhão.....	51
Figura 3 – Versão digitalizada do Almanak Laemmert utilizada para os recortes sincrônicos de 1845, 1865, 1885	68
Figura 4 – Exemplo de como eram encontradas as informações no Almanak Laemmert. 69	
Figura 5 – Mapa da cidade do Rio de Janeiro em 1858 produzido por Roberto Leeder	70
Figura 6 – Planta Cadastral elaborada por Edward Gotto, em 1866, com a numeração dos imóveis para a Companhia Rio de City Improventes.....	71
Figura 7 – Exemplo ilustrativo demonstrando como foi possível realizar o mapeamento espacial.....	72

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Endereço, quantidade e localização das oficinas e manufaturas.....	81
de chapéus no ano de 1845	
Tabela 2 – Endereço, quantidade e localização das oficinas e manufaturas.....	82
de chapéus no ano de 1865	
Tabela 3 – Endereço, quantidade e localização das oficinas e manufaturas.....	83
de chapéus no ano de 1885	
Tabelas 4 - – Endereço, quantidade e localização das oficinas.....	84
de Sabão e Velas ano de 1845	
Tabela 5 - Endereço, quantidade e localização das oficinas.....	85
e Sabão e Velas ano de 1865	
Tabela 6 - Endereço, quantidade e localização das oficinas.....	86
de Sabão e Velas ano de 1885	
Tabela 7 - Endereço, quantidade e localização das oficinas.....	87
de Charuto e Rapé no ano de 1845	
Tabela 8 - Endereço, quantidade e localização das oficinas.....	88
de Charuto e Rapé no ano de 1865	
Tabela 9 - Endereço, quantidade e localização das oficinas.....	89
de Charuto e Rapé no ano de 1885	
Tabela 10 – Endereço, quantidade e localização das oficinas de.....	90
Marcenaria no ano de 1845.	
Tabela 11 – Endereço, quantidade e localização das oficinas.....	91/92
de Marcenaria no de 1865	
Tabela 12 – Endereço, quantidade e localização das oficinas.....	93
de marcenaria no ano de 1885	
Tabela 13 – Endereço, quantidade e localização das oficinas.....	94
de Ferreiros e Serralheiros no ano de 1845	
Tabela 14 – Endereço, quantidade e localização das oficinas.....	95
de Ferreiros e Serralheiros no ano de 1865	

Tabela 15 – Endereço, quantidade e localização das oficinas.....96/97
de Ferreiros e Serralheiros no ano de 1885

Tabela 16 – Endereço, quantidade e localização das oficinas.....98
de Carpinteiros em 1845

Tabela 17 – Endereço, quantidade e localização das oficinas.....99
de Carpinteiros em 1865

Tabela 18 – Endereço, quantidade e localização das oficinas de100
Carpinteiros em 1885

Lista de Mapas

Mapa 1 – Estrutura Territorial das Manufaturas de Chapéus no Rio de Janeiro em 1845....	74
Mapa 2 – Estrutura Territorial das Manufaturas de Chapéus no Rio de Janeiro em 1865....	75
Mapa 3 – Estrutura Territorial das Manufaturas de Chapéus no Rio de Janeiro em 1885....	76
Mapa 4 – Estrutura Territorial das Oficinas de Sabão e Velas no RJ em 1845.....	77
Mapa 5 – Estrutura Territorial das Oficinas de Sabão e Velas no RJ em 1865.....	78
Mapa 6 – Estrutura Territorial das Oficinas de Sabão e Velas no RJ em 1885.....	79
Mapa 7 – Estrutura Territorial das Oficinas de Charuto e Rapé no RJ em 1845.....	80
Mapa 8 – Estrutura Territorial das Oficinas de Charuto e Rapé no RJ em 1865.....	81
Mapa 9 – Estrutura Territorial das Oficinas de Charuto e Rapé no RJ em 1885.....	82
Mapa 10 - Estrutura Territorial das Oficinas de Marceneiros no RJ em 1845.....	83
Mapa 11 - Estrutura Territorial das Oficinas de Marceneiros no RJ em 1865.....	84
Mapa 12 - Estrutura Territorial das Oficinas de Marceneiros no RJ em 1885.....	85
Mapa 13 - Estrutura Territorial das Oficinas de Ferreiros e Serralheiros em 1845.....	86
Mapa 14 - Estrutura Territorial das Oficinas de Ferreiros e Serralheiros em 1865.....	87
Mapa 15 - Estrutura Territorial das Oficinas de Ferreiros e Serralheiros em 1885.....	88
Mapa 16 - Estrutura Territorial das Oficinas de Carpinteiros no RJ em 1845.....	89
Mapa 17 - Estrutura Territorial das Oficinas de Carpinteiros no RJ em 1865.....	90
Mapa 18 - Estrutura Territorial das Oficinas de Carpinteiros no RJ em 1885.....	91

Introdução

As pesquisas sobre o passado da cidade do Rio de Janeiro vêm se desenvolvendo há algum tempo e são de extrema importância para a compreensão da lógica da ocupação territorial da cidade durante o tempo, pois esta, como produto social, reflete os anseios e conflitos de diversos agentes envolvidos na sua construção. Estes agentes, anseios e conflitos variam no espaço e tempo na produção espacial da cidade do Rio de Janeiro.

Autores de diferentes ciências vêm buscando compreender momentos importantes para a recuperação histórica da cidade. Entretanto, as lacunas que possuímos ainda são grandes para a compreensão e entendimento do espaço do passado da cidade do Rio de Janeiro. No Brasil de um modo geral, e mais especificamente para o caso da cidade do Rio de Janeiro, não existe uma gama muito expressiva de pesquisas sobre as unidades fabris que exerciam as atividades de transformação de matérias-primas no espaço urbano carioca no século XIX¹. Dentre os trabalhos que estudam essa temática, prevalecem os historiográficos em oposição aos geográficos.

Assim, queremos acreditar que muito pouco foi discutido sobre o momento inicial da industrialização na cidade do Rio de Janeiro, momento que os historiadores denominam de período pré-industrial, pelo qual passou a cidade durante o século XIX². Por outro lado, a literatura estrangeira sobre as características de cidades em estágio de desenvolvimento pré-industrial é ampla e pode ser encontrada nos trabalhos de SJOBERG (1960), LANGTON (1974), CARTER (1987), PRED (1968), RADFORD (1978), ABBOT (1978), dentre outros.

¹ Ver a propósito: ANDRADE, Rômulo Garcia de (1980). Burocracia e economia na primeira metade do século XIX (A Junta do Comércio e as atividades artesanais e manufatureiras na cidade do Rio de Janeiro: 1808-1850). Niterói: UFF, Programa de Pós-Graduação em História, dissertação de mestrado.

² Consultar também: OLIVEIRA, Geraldo de Beuclair Mendes De (1987). A Pré-Indústria Fluminense; 1808/1860. São Paulo: USP. Programade Pós-Graduação em História, tese de doutorado

Até o presente momento, são escassas para o Rio de Janeiro as pesquisas que relacionem este momento inicial de industrialização, ou melhor, de pré-industrialização, para usarmos o termo discutido aqui, com sua dimensão espacial. Tal pesquisa é, porém, de fundamental importância para o entendimento da estruturação do espaço urbano carioca no século XIX e para a compreensão da gênese espacial da industrialização carioca.

Devemos reconhecer, ademais, que a atenção dada pelos geógrafos aos estudos de geografia da indústria em cidades brasileiras são bastante escassos, sendo ainda maior nossa negligência intelectual sobre o passado da industrialização. Mas nesse momento, pode-se perguntar o interlocutor: O que tem a Geografia a dizer sobre os estudos da pré-industrialização na cidade?

Inicialmente com relação à geografia, seguimos CORRÊA (2003), que nos propõe que de maneira similar às outras ciências sociais (sociologia, história, antropologia), a geografia também tem como seu objeto de estudo a sociedade. Entretanto, analisada sob um viés geográfico, essa sociedade é *objetivada* de maneira particular. É, em realidade, nessa *objetivação* diferenciada da sociedade que se verifica, dentre outros, a contribuição geográfica para a tentativa da compreensão da totalidade social. E essa maneira particular que a geografia vem buscando contribuir para a *objetivação* da sociedade é o estudo de sua Organização Espacial.

Parafraseando CORRÊA (2003: 52-53), encontramos que:

“a objetivação do estudo da sociedade pela geografia faz-se através de sua *organização espacial*, enquanto as outras ciências sociais concretas estudam-na através de outras objetivações [...]. Resumindo, o objeto da geografia é, portanto, a sociedade e, a geografia viabiliza o seu estudo pela sua organização espacial. Em outras palavras, a geografia representa um modo particular de estudar a sociedade”.

Mais adiante em sua reflexão, discorrido o modo como a materialidade social se revela como um objeto da totalidade social, encontramos que:

“como materialidade social, a organização espacial é uma dimensão da totalidade social construída pelo homem ao fazer sua própria história. Ela é, no processo de transformação da sociedade, modificada ou congelada e, por sua vez, também modifica e congela. A organização espacial é a própria sociedade espacializada”. (Corrêa, 2003: 53).

E se realmente cremos que a organização espacial é uma manifestação concreta da totalidade social, uma reflexão geográfica sobre a pré-industrialização da cidade deve, acreditamos, dentre outros objetivos, lançar luz sobre sua dimensão espacial. Nesse sentido GOMES (1997), por exemplo, nos mostra que “à pesquisa geográfica cabe interpretar a lógica e coerência que estão por trás da disposição física dos elementos do espaço, ou seja, sua ordem espacial”. A Geografia nos permite, dentre outras contribuições, pensar sobre este arranjo espacial, os sentidos das práticas sociais estabelecidas sobre este arranjo e os significados que ele pode assumir. E também seguimos GOMES (2002: 8), quando nos alerta que

“os princípios de coerência e lógica na dispersão das coisas sobre o espaço podem trazer à luz um novo ângulo para compreensão de certas dinâmicas sócio-espaciais e constituem a contribuição propriamente geográfica na análise dos fenômenos que habitualmente são estudados por áreas disciplinares vizinhas”. Assim, desde já afirmamos que nossa intenção aqui é adicionar conhecimento, e não substituir.

Visto isso, nossa proposta é demonstrar que este fenômeno estudado por intelectuais de áreas diversas (geógrafos, historiadores da industrialização, sociólogos históricos etc), possui um componente comum e essencial: uma dinâmica espacial. Com este propósito em mente, podemos perceber que o espaço é chamado a cumprir um papel fundamental para a realização deste processo produtivo material. E acreditamos que esta não é uma tarefa

aleatória, o que convoca a Geografia a refletir sobre o papel que o espaço assume em todo esse processo.

Numa visão mais ampla, pretendemos contribuir para um maior entendimento da organização interna do Rio de Janeiro oitocentista, por meio de um de seus elementos-chave: a manufatura. E cremos que a visualização da organização espacial das oficinas de artesanatos e as manufaturas sejam um dos importantes condicionantes para se compreender a estrutura urbana da cidade nesse período. Pretendemos também suscitar questões que tragam ânimo à produção de novas pesquisas sobre essa temática, que tem sido freqüentemente negligenciada pela Geografia Histórica da indústria no país.

Precisamente, portanto, este trabalho trata das oficinas de artesanatos e das manufaturas que existiram no Rio de Janeiro numa fase em que os historiadores caracterizam como período pré-industrial. Seu objetivo é demonstrar a estrutura e os padrões de localização de seis importantes gêneros manufatureiros para a sociedade da época, em três momentos distintos do tempo. Através da comparação dos recortes sincrônicos utilizados, adotamos a perspectiva sincrônico-diacrônica³ para tecer comentários possíveis ao ordenamento espacial específico de cada gênero manufatureiro e relacioná-los com os interesses e estratégias dos agentes envolvidos no processo de produção e ordenamento do espaço urbano carioca no século XIX.

³ Sugerimos a consulta de: Estaville Jr. R. (1991). Organizing Time in Historical Geography. In: BROOKS GREEN. D. (Ed.). Historical geography: a methodological portrayal. Savage, Maryland: Rowman and Littlefield Publishers, Ltd., pp. 310-324. Neste trabalho, o autor nos oferece algumas contribuições para trabalharmos com a organização temporal e a organização espacial de forma integrada em Geografia Histórica. Partindo das perguntas feitas por Yu-Fu-Tuan, que são: "How can one analyze spatial organization in depth without knowledge of temporal organization? (Estaville, 1991: 310); e "How can time be organized to analyse spatial relationships? (op . cit.: 310), o autor nos propõe basicamente cinco maneiras para integrar a organização temporal e a organização espacial. Nesse trabalho utilizaremos a 'Cross Sections Diachronically linked' vista de maneira 'Progressiva' (Estaville, 1991: 319-320).

O recorte temático é, portanto, o processo de implementação das ‘oficinas’, ‘manufaturas’, ‘fábricas’ e ‘indústrias’ realizadas pela Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação no Brasil e Domínios Ultramarinos em um Rio de Janeiro ainda pré-industrial e, mais especificamente, seu respectivo rebatimento espacial. O recorte espacial é a cidade do Rio de Janeiro oitocentista, e o recorte temporal o período do século XIX que foi identificado para as ‘forças produtivas da cidade’, por Andrade (1980) e Oliveira (1987) de pré-industrial. Estas escolhas são justificadas mais adiante.

Considerando-se estes primeiros apontamentos, acima mencionados, a pesquisa tem como questão central: Existe alguma ordem na localização das manufaturas ou estariam elas aleatoriamente dispersas sobre o espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro no século XIX?

A partir dessa questão-central, realizamos dois outros sub-questionamentos que manifestam interesse específico para esse momento de nossa investigação. Esses são:

- Será possível falar da atuação de Processos Espaciais⁴ já no Rio de Janeiro oitocentista a partir da visualização dos recortes sincrônicos diacronicamente associados?
- Qual o ritmo próprio a cada gênero manufatureiro sob a visualização sincrônico-diacrônica?

Assim, pretendendo responder estas questões, a metodologia utilizada foi produção de tabelas, gráficos e mapas históricos (muitos inéditos) demonstrando a localização espacial precisa dos seis gêneros manufatureiros nos três momentos distintos do tempo para suas análises ulteriores. E esses três momentos distintos do tempo a que nos referimos, ou seja, nossa periodização inerente ao nosso recorte temporal corresponde aos anos de 1845, 1865 e 1885. Esses anos selecionados foram determinados pela disponibilidade de dados

⁴ Ver, a propósito: Corrêa, Roberto Lobato (2003). Processos Espaciais e a Cidade. Trajetórias Geográficas. R. L. Corrêa; - 2ªed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

precisos encontrados para o mapeamento espacial específico de cada gênero manufatureiro, e, também, por estarem contidos no período 'pré-industrial'.

O recorte temático foi adotado para mostrar, por um lado, uma importante e inexplorada temática pela geografia histórica carioca para a organização espacial da cidade do Rio de Janeiro oitocentista. Por outro lado, pode começar a nos direcionar para uma reaproximação com os historiadores da industrialização da cidade, revendo os debates já produzidos, cambiando nossos conhecimentos e (re) enriquecendo mutuamente nossas análises.

Apesar dos trabalhos de Andrade (1980), Oliveira (1987), Carone (1978), Figueiredo (2005: 28-40), dentre outros, já terem se debruçado cada qual com um viés analítico particular sobre a temática em tela, ainda há necessidade de maior reflexão sobre o momento inicial de implementação da política manufatureira na cidade. Não podemos negar os significativos avanços que cada das obras acima citadas trouxeram, mas é válido mencionar também que conjuntamente não adicionaram a dimensão espacial como uma importante contribuição para a melhor compreensão e visualização do fenômeno.

Outra justificativa para realização desse trabalho é contribuir para o preenchimento de grandes lacunas que possuímos na cartografia da indústria no período estudado. De fato, já podemos dizer que existem trabalhos que tratam da implementação das oficinas de artesanatos e manufaturas que existiram na cidade durante o século XIX. Seu justo rebatimento espacial, entretanto, enquanto localização intra-urbana, ainda permanece como uma fonte virgem de exploração para a cartografia da organização interna do espaço urbano carioca oitocentista.

O recorte espacial se justifica por ter sido na cidade do Rio de Janeiro que a Família Real Portuguesa desembarcou em 1808, e os impactos dessas mudanças foram, indubitavelmente, mais intensos e instantâneos aí. O recorte temporal se justifica porque este é o período em que ANDRADE (1980), OLIVEIRA (1987), caracterizam o Rio de Janeiro ainda como uma "cidade pré-industrial".

Este projeto de pesquisa está estruturado em duas partes. A primeira parte possui três capítulos e a segunda parte possui quatro capítulos. No primeiro capítulo da primeira parte foi feita uma revisão sobre o modelo de cidade pré-industrial que adotamos como base teórica nesta pesquisa, ou seja, o modelo de cidade pré-industrial de Gideon Sjoberg. Apresentamos o modelo teórico e as categorias conceituais com que o modelo trabalha para analisar cidades em estágio de desenvolvimento pré-industrial. As Organizações Ecológicas, as Organizações Econômicas e a Organização Social são estas categorias. Ainda nesta parte, buscamos traçar breves comentários sobre o modelo teórico

No segundo capítulo da primeira parte foi feita uma breve análise histórica da cidade a partir da vinda da Família Real Portuguesa e as novas lógicas que a cidade passa a operar. No capítulo 3, então, tratamos mais especificamente do Órgão implantado para orientar a política manufatureira desencadeada com a Revogação do alvará de 1785, que proibia as manufaturas na cidade. Procuramos mostrar como a prática de estabelecer Juntas do Comércio era uma atividade de controle do Estado Português em suas mais diversas colônias através do globo. Mas estamos interessados, em realidade, em averiguar como se deu esse processo de implementação no Brasil.

Na segunda parte, em seu primeiro capítulo, o quarto da pesquisa, enfocamos a metodologia e os procedimentos metodológicos que permitiram a operacionalização da pesquisa, englobando os questionamentos propostos e suas justificativas. No quinto capítulo realizamos nossas análises individualizadas dos mapas. No sexto são feitas nossas Considerações Finais. O sétimo capítulo, finalmente, apenas indica nossa bibliografia utilizada.

I. Bases Conceituais: O Modelo Teórico de “cidade pré-industrial” e suas ‘possíveis’ críticas para este estudo

1.1 – Apresentando o modelo

O objetivo desta parte é apresentar o modelo teórico de “cidade pré-industrial” que foi utilizado nesta pesquisa. Assim, nosso primeiro passo foi ir de encontro à literatura especializada desejando encontrar algo como um “modelo” em que a cidade do Rio de Janeiro pudesse ser “encaixada” para explicar o respectivo estágio da sua formação espacial durante o século XIX. Um modelo teórico foi, a priori, encontrado e é este que utilizaremos neste trabalho. O modelo é o do sociólogo Gideon Sjoberg e é considerado na literatura de sociologia urbana um tipo-ideal⁵ de cidade pré-industrial.

Entretanto, de antemão à apresentação do modelo, advertimos que essa pesquisa não deve ser compreendida como a aplicação *sui generis* do modelo teórico de Sjoberg à cidade do Rio de Janeiro oitocentista. Muitos foram os cientistas sociais que buscaram análises de cidades em estágio de desenvolvimento ‘pré-industrial’ pela aplicação direta do modelo sjoberniano.

Esse foi o caso, por exemplo, de RADFORD (1978), em seu bonito artigo intitulado “Testing the model of pre-industrial city: the case of ante-bellum Charleston, South Carolina”, em um no qual o autor aplica diretamente o modelo Sjoberniano como um “teste” nesta cidade e, assim, posteriormente elucida observações conclusivas sobre as permanências e/ou inversões nos conteúdos sociais das áreas dos padrões estabelecidos entre o centro e a periferia pelos grupos sociais mais e menos abastadas nesse local.

⁵ De acordo com Max Weber (apud Gomes 2003: 40), “obtemos um tipo-ideal acentuando unilateralmente um ou diversos pontos de vista e encadeando um grande número de fenômenos ocorridos isoladamente, difusos e discretos, que se encontram em pequenos números ou mesmos inexistentes em alguns lugares, e os ordenamos segundo os precedentes pontos de vista escolhidos unilateralmente, para formar um quadro de pensamento homogêneo. Não se encontrará empiricamente em parte alguma um quadro como este em toda sua pureza conceitual; ele é uma utopia”. E concordamos com Gomes (2003:40) quando acrescenta que “assim, o artifício analítico do tipo-ideal não está ligado a uma medida objetiva que pretenda representar um fenômeno segundo uma concepção abstrata média. O tipo-ideal força voluntariamente certos traços, para induzir o aparecimento de uma dada leitura. Ele é, pois, um meio conceitual de interpretação, uma imagem do real que põe em relação construções objetivamente possíveis, sem pretender, por esse procedimento, estabelecer um modelo exemplar desta realidade”. GOMES, P. C. C. (2003). Geografia e Modernidade. 4º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Podemos encontrar também no trabalho do geógrafo britânico Jonh Langton (1974), intitulado “Residential patterns in pre-industrial cities: some case studies from seventeenth-century Britain” a aplicação do modelo de Sjoberg a um corpo de evidências empíricas em cidades inglesas do século XVII (Exeter, Dublin e, principalmente, Newcastle). Mas não é isso que pretendemos aqui com o modelo, que apenas nos serviram como orientadores para a análise, ainda que guardados seus devidos cuidados.

Em realidade, nesse trabalho, Jonh Langton compara os modelos teóricos de ecologia social da cidade pré-século XIX de Gideon Sjoberg e Vance Jr através da aplicação dos modelos a essas três cidades inglesas. Tendo utilizado diferentes variáveis econômicas como determinantes sociológicas para basear suas deduções sobre os padrões espaciais das ‘estruturas ecológicas’ dessas cidades, ficamos aptos a entender a reflexão do autor sobre o resultado da comparação de ambos os modelos. Segundo LANGTON (1974: 21),

“uma tentativa para relacionar as hipóteses e conclusões de Sjoberg e Vance a um corpo consistente de evidência empírica, ainda se faz necessária, não apenas por causa da diferença entre eles, mas também porque cada um deles empregou uma metodologia, nas quais a formulação e a verificação das hipóteses foram misturadas de forma insolúvel, e de forma que nenhum deles pode afirmar ter testado suas próprias conclusões”. Para depois acrescentar “conclusões sobre a aplicabilidade dos modelos obviamente não podem ser extraídos de evidências sobre a sociedade e economia apenas de uma cidade e a distribuição de riquezas em outras três”. (Langton, op. cit., 21)

Sabe-se também, que modelo de Sjoberg não é o único para se analisar a geografia social das cidades em um período ‘pré-industrial’, já que este tipo-ideal foi ‘produzido’ para cidades ocidentais. Assim, outras bonitas contribuições sobre cidades em estágio de desenvolvimento pré-industrial podem ser encontradas em diferentes matrizes conceituais e modelos teóricos.⁶

⁶ Ver, a propósito Abbot (1978). Walter F. Social Area Analysis in Comparative Perspective: Moscow in 1897 as a Preindustrial City. The Sociological Quaterly, Vol 19, Issue 1, Pág 24, January 1978. Este modelo teórico, entretanto, não será aqui trabalhado, pois trabalha com cidades não ocidentais em estágio de desenvolvimento pré-industrial.

Reafirmamos, portanto, que este trabalho não é uma aplicação direta do modelo teórico sjoberniano à cidade do Rio de Janeiro oitocentista. Nesse trabalho, apenas o utilizaremos como um “azimute” de referência para iluminar nossas análises. Por isso, concordamos com ABREU (2000: 17) quando argumenta que “a prática não muito incomum de se enquadrar previamente o empírico que se quer analisar, de colocá-lo numa forma teórica que já vem pré-moldada, precisa ser sempre combatida. É impossível tratar do empírico sem que cheguemos a ele com uma bagagem teórica prévia. Não devemos utilizá-la, entretanto, como se fosse uma camisa-de-força, pois isso seria negar a própria ciência”

Em um trabalho publicado na Associação americana de Geógrafos, Alan Pred, nos oferece uma análise das manufaturas nas cidades mercantis americanas entre 1800-1860. Seu trabalho, *Manufacturing in the American Mercantile City 1800-1860*, nos mostra, dentre outros, como as principais funções das cidades analisadas.

Tendo sido feitas essas primeiras observações, acredito estarmos agora em melhores condições de prosseguir. E como dito anteriormente, o modelo de ‘cidade pré-industrial’ utilizado é o do sociólogo Gideon Sjoberg. E já podemos adiantar, para efeito de esclarecimento imediato, que as questões-chave, dentre outras, que o modelo sjoberniano discorre e nos servem para este estudo podem ser encontradas na reflexão de Jonh Langton (1974). Segundo este autor:

“As questões mais fundamentais com as quais o modelo procura combater diz respeito à estrutura da sociedade urbana, aos elos entre a estrutura e a base econômica das cidades”. (LANGTON, 1974: 6)

Podemos argumentar também, que Gideon Sjoberg buscou construir um modelo teórico de Sociologia Urbana da Ecologia Social da cidade pré-século XIX. Procurava relacionar, dentre outros, os padrões espaciais residenciais dessas cidades com suas estruturas sociais e assim, oferecer contribuições para se analisar a estrutura espacial (‘estrutura ecológica’) urbana de cidades em estágio de desenvolvimento pré-industrial do sistema técnico de suas ‘bases produtivas’. Sobre o modelo, argumenta Langton:

“As declarações de Sjoberg são, basicamente, um tipo de modelo ideal, na qual uma seqüência de desenvolvimentos econômicos é estabelecida como determinante da estrutura social e da natureza da mudança social. Tipos de arquétipos de relacionamentos sociais funcionais são relacionados a estágios na seqüência e esses refletem certos tipos de padrões de distribuição imobiliária, que mudam quando a estrutura econômica e as atitudes da sociedade mudam” (LANGTON, 1974: 5).

Visto isso, ainda que brevemente, acreditamos que estes modelos tornaram-se particularmente interessantes para apoiarmos as bases teóricas de nossas análises e contribuirmos empiricamente com o estudo de caso da cidade do Rio de Janeiro durante o século XIX, quando a cidade de acordo com Andrade (1980) e Oliveira (1987), encontrava-se em estágio de desenvolvimento “pré-industrial”.

Alguns destes artigos, acima mencionados, serão utilizados mais adiante, quando buscaremos discutir alguns estudos que trabalharam com cidades em estágio de desenvolvimento pré-industrial de suas tecnologias aplicadas à produção. Antes, entretanto, apresentaremos mais consistentemente o modelo teórico mencionado.

1.1 - O Modelo de Gideon Sjoberg

Quando o sociólogo Gideon Sjoberg escreveu o livro *The Pre-industrial City: Past and Present* em 1960, provavelmente não sabia da influência que sua obra assumiria nas décadas seguintes nos mais diversos campos de estudo que tratam da evolução das cidades. Sua obra, indubitavelmente, tornou-se referência entre os cientistas sociais das cidades em fase anterior a industrialização. Segundo o geógrafo-histórico Harold Carter (1987: 171) “qualquer revisão das áreas sociais da cidade anteriores ao início da industrialização deve ser altamente condicionada pelo livro *The Pre-industrial City: Past and Present*” de Gideon Sjoberg, ainda que mais a frente nos diga que “poucas críticas aceitaram essa direção das características da cidade pré-industrial sem reservas consideráveis ou modificações” (Whealtley apud CARTER 1987).

Duas de suas perguntas nos são importantes nesse estudo, sendo estas: (1) Que fatores contribuíram para origem das cidades?; e ainda (2) Quais os estágios intermediários da cidade até a época moderna da Industrialização? Não são questões que pretendemos responder aqui, mas que orientam nossa pesquisa e nos impelem a discussão do que seria uma cidade em seu estágio “pré-industrial”.

Argumentando sobre os estágios intermediários das cidades até a época moderna da urbanização, SJOBERG em seu artigo “Origem e Evolução das Cidades” diz que existem, em realidade, três níveis de organização humana, cada qual caracterizado por seus padrões tecnológicos, econômicos, sociais e políticos. Estes níveis seriam o “pré-urbano”; o “pré-industrial”; e o “industrial”. Internamente a cada um desses níveis, existe uma composição indissolúvel formada por uma ‘Organização Ecológica’; ‘Organização Econômica’ e ‘Organização Social’; e essas atuando sincronicamente configuram uma importante categoria de sua obra denominada de ‘Estrutura Ecológica’.

Então, para efeito de esclarecimento imediato, argumentamos que a classificação dos estágios das cidades em níveis da organização humana, durante a evolução urbana, de “pré-urbano”; “pré-industrial”; e “industrial” é produto da relação da atuação integrada da organização ecológica, organização econômica e a organização social. Podemos argumentar também, analisando sua obra, que é da trama relacional resultante, mas variável a cada momento do tempo, entre esses padrões (tecnológico, econômico, social e político) que emerge a importante categoria ‘estrutura ecológica’ da cidade em cada uma dessas classificações. Sendo que, em realidade, como bem nos mostra John Langton: para Sjoberg, “em última análise, a ordem social no fim das contas decorre da tecnologia”. (LANGTON 1974: 2).

Em cada um desses níveis, portanto, Gideon Sjoberg analisa tanto a organização ecológica, a organização econômica e organização política que, em conjunto fornecem a “estrutura ecológica”, e que se manifesta como um padrão espacial resultante. Aqui, todavia, trabalharemos com essas categorias apenas no estágio pré-industrial, particularmente interessante em nossa análise, ainda que por vezes sejam feitos breves comentários sobre os outros dois estágios.

O primeiro nível de organização humana e o menos complexo caracterizado por Sjoberg é o “pré-urbano”⁷. Este período consiste, em suma, porque ele é anterior ao nosso período de interesse, tipicamente de pequenos grupos homogêneos e auto-suficientes, analfabetos e dedicados inteiramente à busca por alimentação. Neste nível de organização humana, não havia possibilidade de acumular comida e, conseqüentemente, a sociedade “pré-urbana” não oferecia especialização do trabalho e, tampouco, estratificação social.

Foi a partir da sedentarização e do concomitante desenvolvimento e aperfeiçoamento de algumas técnicas, sobretudo, na agricultura e com a domesticação de animais, que este grupo chega ao segundo nível de organização proposto, caracterizado como “pré-industrial” e que nos interessa mais particularmente discutir aqui.

No nível “pré-industrial” de organização, a sociedade já está fixada a um “solo” e já estoca alimentação proveniente tanto da agricultura como da criação. Foi no nível “pré-industrial”, que o estoque de excedente alimentar permitiu a especialização do trabalho e o tipo de estrutura de classes que pode condicionar uma liderança e organizar a mão de obra de modo a desenvolver e manter determinados sistemas técnicos (como a irrigação, por exemplo, que fornece uma possibilidade de aumentar o suprimento de alimentos para a comunidade urbana). A maior parte das sociedades pré-industriais também já dispõem de ferramentas capazes de multiplicar a produção e facilitar sua posterior distribuição, como por exemplo, o arado, a roda, e a metalurgia. Essas ferramentas, entretanto, dependem de forças animadas para impulsioná-las, o que foi profundamente modificado no ‘período industrial’ com o advento da máquina e vapor e outras formas de energia inanimadas.

⁷ Consultar, a propósito SJOBERG, Gideon (1952). “Folk and Feudal Societies” *American Journal of Sociology*, LVIII, 231-39. Consultar também: FOSTER, George. M. (1953). “What is the Folk Culture?”. *American Anthropologist*, LV, 159-73

Mas antes de iniciar as considerações sobre nosso período de interesse particular, o período pré-industrial, uma importante observação deve ser feita. E esta diz respeito à amplitude temporal de manifestação de cidades em estágio de desenvolvimento pré-industrial. Assim, acreditamos inclusive iluminar as observações de Harold Carter em seu livro *An Introduction to Urban Historical Geography*, no capítulo em que se dedica especificamente à análise de áreas sociais da cidade pré-industrial (*The Social Areas of the City: The Pre-Industrial City: 175-183*), e em que faz boas observações sobre o trabalho de Sjoberg.

Segundo CARTER (1987: 171) “o trabalho de Sjoberg foi muito abrangente; incluiu todos os aspectos da vida econômica e econômica e social da cidade, enquanto seu subtítulo – “Past and Present”- indica que não era de maneira nenhuma, apenas um estudo histórico; antes, ao contrário, muitos dos exemplos foram de evidências mais acessíveis dos países não desenvolvidos do mundo contemporâneo”. De fato, podemos encontrar, como seus exemplos mostram, cidades em estágio de desenvolvimento pré-industrial desde a Babilônia antiga até os dias atuais. E também nas palavras de Sjoberg “certamente muitas cidades da Europa não são muito industrializadas como alguns presumem; e um certo número de padrões pré-industrial continuam atualmente” (SJOBERG, 1955: 445).

Frente à dificuldade (e quiçá, impossibilidade...) de se desenvolver uma análise *in totum* das colocações de Gideon Sjoberg sobre a natureza da cidade pré-industrial, optamos por selecionar uma base de sustentação para nossas colocações sobre esse período. Esta base de sustentação de sua obra foi configurada sobre no seguinte tripé: Organizações Ecológicas – Organização Econômica - Organização Social. A seguir, apresentamos um pouco melhor cada uma dessas categorias.

2.1- As Organizações Ecológicas

Começaremos trabalhando a Organização Ecológica do estágio pré-industrial proposto por Gideon Sjöberg. Devemos ressaltar, entretanto, que ainda que essas categorias estejam sendo apresentadas separadas aqui, elas atuam sincronicamente.

Comum à todas cidades pré-industriais são que elas dependem de comida e matéria-prima obtida de fora; por essa razão elas são centro de mercado. Elas também servem como centro de mão-de-obra manufatureira. Em adição, cidades pré-industriais preenchem uma importante função política, religiosa e educacional. Seus limites populacionais também são contornáveis. Nas palavras de Sjöberg:

“em termos de suas populações, essas cidades são de relações menores que as industriais, poucas passando de 100,000 e algumas contendo menos de 10,000 ou até mesmo 5,000 habitantes. Suas taxas de crescimento da população, entretanto, tem sido lentas e variáveis, de acordo com o crescimento e a diminuição do suporte da estrutura política. (SJOBERG 1960: 323).

Mais interessante é, na nota informativa de um outro artigo, a estratificação dessa sociedade de cidades pré-industriais vista pelo artifício do tipo-ideal. Como fica claro a seguir:

“a proporção da população urbana para a camponesa é pequena, em algumas sociedades cerca de 10%, até mesmo em algumas cidades pré-industriais possuíam populações de 100.000 ou mais.[...] Essas características se devem à natureza não-industrial da ordem social total.” (SJOBERG, 1955: 438).

Nesse sentido, uma das razões colocadas por Sjöberg para essa reduzida percentagem da população urbana em relação à camponesa, em um período pré-industrial, pode ser atribuída a uma característica que insistiremos em ratificar como consolidadora de um momento pré-industrial, que é uma estrutura urbana com sistema técnico (transporte, produção e armazenamento) pré-mecânico. Para Sjöberg (1955: 438) “a quantidade de comida excedente disponível para atender a população urbana foi limitada pela agricultura

não mecanizada, facilidades de transporte utilizando principalmente poder humano ou animal e métodos ineficientes de preservação de comida estocagem”.

Mais significativa é observar, em seu trabalho, como ele nos apresenta a questão da rígida segregação social formada em cidades pré-industriais, e que se configurou na formação de “bairros” ou “ruas” especializados. Assim, atualmente, por exemplo, um turista curioso ao se deparar em alguns centros históricos com toponímias de ruas como ‘Rua dos Ourives’; ‘ Rua dos Ferreiros’; ‘Rua dos Padeiros’ pode-se perguntar de onde vêm essa similaridade. É que a estrutura espacial da cidade pré-industrial foi caracterizada pelo sistema de Guildas. Frequentemente uma rua especial ou setor era ocupado quase que exclusivamente por membros de determinado grupo, ou seja, de uma corporação de artesãos que praticavam o mesmo ofício para sobreviver. A essa associação de trabalhadores do mesmo ofício deu-se o nome de guilda. Sobre isso, cita o referido autor:

“A divisão do trabalho em ofícios, aparente nas primeiras cidades, tornou-se mais complexa com o decorrer do tempo. Grupos de artesãos, alguns dos quais mesmo em tempos anteriores, poderiam ter pertencido a específicas minorias étnicas, inclinavam-se a se estabelecer em quarteirões ou ruas especiais. Essa tem sido a característica das cidades pré-industriais em todas as regiões, desde os dias mais remoto até os dias de hoje” (Sjoberg, 1960: 43).

Quanto ao arranjo espacial interno, a cidade “pré-industrial” de Sjoberg, apresenta uma estreita relação com a estrutura econômica e social. O centro da cidade é mais o centro da atividade governamental e religiosa do que de empreendimentos comerciais. Além disso, é o foco preferencial de residência da elite, enquanto as classes mais pobres (artesãos) e os outros grupos étnicos estão afastados nas periferias da cidade. É essa elite culta que governa a cidade e ocupa os cargos públicos, religiosos e educacionais. Sobre isso, assim nos diz Sjoberg:

“a elite morava na cidade; e mais, ela e seus dependentes congregavam-se particularmente no centro da cidade. Esse centro era a área de maior prestígio, onde se encontravam os edifícios religiosos e governamentais[...] a uma distância maior desse núcleo urbano encontravam-se as lojas e residências dos artesãos – pedreiros, carpinteiros, ferreiros, joalheiros, ceramistas – muitos dos quais serviam e elite.” (Sjoberg, 1960: 43)

Portanto, uma generalização do modelo de Sjoberg para a cidade pré-industrial é que algumas “ruas” ou setores da cidade são ocupados quase que exclusivamente por membros de um negócio em particular, e assim, cidades de divergentes culturas como a Europa Medieval ou o Rio de Janeiro Oitocentista contém ruas com nomes ‘rua dos ourives’ ou ‘rua dos ferreiros’. As classes mais baixas e especialmente os grupos exilados vivem na periferia da cidade, a uma distância dos principais centros de atividade. Ou seja, a segregação social, as facilidades limitadas de transporte, a reduzida mobilidade residencial e os bairros de residências apertadas encorajaram o desenvolvimento de vizinhanças bem definidas que eram na maioria dos grupos principais. Extremas singularidades históricas também diferem os exemplos acima mencionados.

Mas apesar disso, para Sjoberg (1955: 439) “apesar da rígida segregação, as evidências sugerem que não havia uso especializado da terra assim como na funcionalidade necessária nas comunidades urbano-industriais”. Finalmente, o Centro Comercial não tinha a posição de dominância que este possui na comunidade urbano-industrial.

Em resumo, a organização ecológica da cidade pré-industrial é composta por um intervalo populacional definido, e sua população urbana reduzidíssima. No arranjo espacial interno da cidade, a elite ocupava o centro de daí irradiavam-se os grupos menos abastados para a periferia. O sistema de guildas, dentre outros, reflete a organização espacial ecológica da cidade pré-industrial. A distribuição das atividades manufatureiras nas cidades pré-industriais reflete, dentre outros, esses jogos de poder na localização espacial intra-urbana dessas corporações de ofício. A cidade pré-industrial ainda não é monocêntrica em sua especialização funcional de serviços.

2.2 – Organização Econômica

A economia da cidade pré-industrial também diverge agudamente do centro industrial moderno. A principal diferença, como Sjoberj elucida, pode ser atribuída à falta da forma do industrialismo na produção, que para ele pode ser definido como um sistema de produção no qual inanimadas origens de energia são utilizadas para multiplicar os esforços humanos. Já as cidades pré-industriais, por outro lado, dependem da produção de bens e serviços baseados em energia de origem animada (humana ou animal) – aplicada direta ou indiretamente através de instrumentos mecânicos como, por exemplo, rodas, roldanas, martelos etc. A comunidade urbano-industrial, por sua vez, emprega geradores de energia inanimada como a eletricidade e o vapor que aumentam enormemente a capacidade produtiva da cidade, embora não possamos discutir isso aqui.

Essa relativa nova forma de produção de energia, a ‘eletricidade’ e o ‘vapor’, as quais requerem para seu desenvolvimento e sobrevivência um tipo especial de complexidade institucional, causou efeitos e mudanças na organização ecológica, econômica e social das cidades e se tornaram dominantes a partir da Revolução Industrial. A partir da Revolução Industrial, não só a morfologia das cidades foi radicalmente alterada, mas também, a base econômica e social que sustentava essas morfologias.

Outras importantes facetas da economia da cidade pré-industrial estão associadas com seu sistema de produção particular. Há uma pequena fragmentação ou especialização do trabalho. Os artesãos participam em cada parte da manufatura de um artigo, geralmente produzindo o trabalho dentro de casa ou em uma pequena loja perto de casa e, dentro dos limites da sua guilda, estando sob controle mantido quanto as condições de trabalho e o método de produção.

Em uma cidade industrial, por exemplo, com essa divisão social do trabalho mais estratificada, torna-se necessário um grupo administrador especializado cuja primeira função é dirigir e controlar os outros. É a partir da supervisão e coordenação da atividade dos trabalhadores, que o ‘sistema de fábrica’ foi desenvolvido, algo tipicamente desprovido nas cidades pré-industriais. As atividades comerciais também

são conduzidas em cidades pré-industriais por indivíduos sem uma alta organização formalizada; por exemplo, os artesãos sempre foram responsáveis pela fabricação e venda de seus próprios produtos.

As várias ocupações são organizadas dentro das “Guildas”. Esse esforço para abranger todos, exceto a elite, aqueles que são empregados em alguma atividade econômica. Guildas, por exemplo, existiram para mercadores e artesãos (ex: ourives e tecelãs). Tipicamente as guildas operam somente com a comunidade local, e não há organização de larga escala como aquelas das cidades industriais que uniam seus membros aos seus sócios de outras comunidades. Por isso, ser sócio ou sócio-aprendiz de uma guilda são pré-requisitos básicos para a prática de quase todos os empregos, uma circunstância que obviamente levava a monopolização. Essas organizações regulavam os trabalhos de seus membros e o preço de seus produtos e serviços.

A estrutura econômica da cidade pré-industrial funciona com pequena racionalidade, julgada pelos padrões urbano-industriais. Isso é mostrado na não padronização geral dos métodos de manufatura bem como nos produtos e até mais evidente no mercado. Nas cidades pré-industriais por todo o mundo um preço fixo é raro e, geralmente, comprador e vendedor selavam sua barganha por pechincha.

Além disso, podemos mencionar também, que a não padronização dos métodos, a variedade de peso, de tamanho e de qualidade entre produtos semelhantes era comum em cidades pré-industriais. Pesos e medidas muitas vezes não eram padronizados, o que fazia com que por vezes numa mesma cidade, mais entre as diferentes guildas, houvessem pesos e medidas diferenciadas, assim como, diferentes moedas circulando na economia e que sinalizam a racionalidade da ação econômica em cidade pré-industriais.

Em resumo, a racionalidade econômica da cidade pré-industrial é reduzida se comparada a industrial. A principal diferença que pode ser atribuída é a não aplicação do método científico na produção dos objetos no período pré-industrial. Outras que derivam são: a não padronização dos produtos e não padronização dos pesos e medidas.

2.3 – A Organização Social

O sistema econômico da cidade pré-industrial articula-se com a Organização social. Esta possui um sistema característico de classe estrutural (familiar, religiosa, educacional e governamental). Da organização social, em sua classe estrutural, o elemento mais marcante é a elite alfabetizada controlando e dependendo sua existência da massa da população. A elite é composta de indivíduos tendo posições no governo, religião e educação na sociedade urbana. No pólo oposto, estão as massas, compreendendo grupos como artesãos cujos bens e serviços são produzidos para o benefício da elite. Os membros da elite pertencem às famílias de poder, propriedade e certos atributos pessoais elevados. Suas posições são, como Sjoberg elucida, legitimadas pelos escritos sagrados.

A mobilidade social em cidades pré-industriais é mínima; a única ameaça real da elite vem de fora, - não da classe mais baixa da cidade. E a “classe média” – tão comum nas cidades industriais – não faz parte dos exemplos de Sjoberg para a “cidade pré-industrial”. Segundo SJOBERG (1955: 441) “o sistema de produção nas grandes sociedades fornecia bens, incluindo comida e serviços em quantidade suficiente para sustentar apenas um pequeno grupo de indivíduos ociosos; sob essas condições, uma classe média urbana, um grupo semi-ocioso, não pode levantar-se. Nem a classe média nem a mobilidade social extensiva são essenciais para a manutenção do sistema econômico na cidade pré-industrial”.

O papel dos grupos marginais também é significativo. Geralmente são classificados abaixo das classes urbanas, fazendo funções consideradas degradantes como enterrar os mortos ou conduzir esgotos. São exemplos de grupos marginais os escravos, pedintes, alguns mercadores, grupos étnicos etc.

Uma questão interessante, levantada por Sjoberg, é o fato que para vários sociólogos urbanos, esse pequeno grupo de parentesco instável é uma necessária correlação da cidade. Mas essa premissa não funciona nas cidades pré-industriais. O autor mostra como sociólogos e antropólogos, quando analisando várias sociedades tradicionais, impuseram aos camponeses padrões típicos de parentesco urbano. Seu comentário, entretanto, é de que “nessas sociedades as formas ideais de parentesco e vida de família são

mais aproximadas dos membros da elite alfabetizada urbana, que são mais hábeis para preencherem os requerimentos dos escritos sagrados”. Em resumo, “parentesco e a habilidade de perpetuar a linhagem de alguém são acordos de prestígio marcado nas cidades pré-industriais” (Sjoberg, 1955: 443).

A organização de parentesco e familiar mostram uns padrões rígidos de diferenciação de sexo e idade cuja universalização nas cidades pré-industriais foi grandemente negligenciada, visto que “o sistema formal de gradação de idade é um mecanismo efetivo de controle social nas cidades pré-industriais” (Sjoberg, 1955: 441). Como pode ser notado, o parentesco está funcionalmente integrado com as classes sociais. Isso também reforça e é reforçado pela organização econômica: as ocupações, através das guildas que selecionam seus membros com base em seu parentesco, e muito do trabalho é continuado em casa ou na vizinhança imediata. E essas condições não são funcionais para as exigências de uma sociedade altamente industrializada. O sistema de parentesco na cidade pré-industrial também se articula com um tipo-especial de sistema religioso, cuja organização formal alcançava o desenvolvimento completo entre os membros da elite alfabetizada. O sistema religioso influenciava toda a estrutura social da cidade.

A educação formal normalmente é restrita para a elite masculina, seu propósito sendo treinar indivíduos para posições na hierarquia governamental, educacional ou religiosa. A economia das cidades pré-pré-industriais não necessita de uma massa de alfabetizados. O professor ocupa uma posição de destaque, sobretudo, pelo prestígio de todo o aprendizado e especialmente o conhecimento da literatura sagrada, e o aprendizado é baseado tradicionalmente sobre os escritos sagrados.

E como as cidades pré-industriais não possuem agências de comunicação em massa, elas são relativamente isoladas umas das outras. Sobretudo, as massas da elite. A primeira deve se apoiar sobre uma comunicação verbal enquanto a segunda na comunicação escrita.⁸

⁸ Burke, Peter (1995). A cidade Pré-industrial como centro de informação e comunicação. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, p. 193-203. Neste trabalho, o autor objetiva, dentre outros, estudar a coleta, registro, disseminação e ocultamento da informação no período pré-industrial. Busca o autor, em realidade, dialogar com os sociólogos, sobre o surgimento, predominância e declínio de diferentes sistemas de comunicação orais, escritos ou impressos.

O governo formal da cidade pré-industrial é a província da elite e é intimamente ligado com o sistema religioso e educacional. Isso efetuava duas funções principais: (1) precisar os tributos das massas da cidade para suportar as atividades da elite e manter a lei e a ordem através de uma 'força policial' e um sistema judiciário. A força policial existia geralmente para controlar os 'visitantes' e as côrtes defendiam os costumes e as regras da literatura sagrada, um código de legislação ordenado geralmente não existia.

Em resumo, o sistema de parentesco e o sistema familiar são importantes estruturas da categoria que compõe a Organização Social da cidade pré-industrial. De fato, a elite e os outros grupos da cidade possuíam formas diferenciadas de perpetuarem seus laços. E a medida que essas relações familiares e de parentesco foram se desestruturando, a cidade pré-industrial também foi tendo sua 'estrutura ecológica' transformada pela 'transição ecológica'. Pode-se notar, inclusive, acreditamos, que sjoberg não atribui muita força a maquinaria como a força propulsora da decadência da cidade pré-industrial, mas sim, nessas relações de parentesco e familiares associadas às religiosas que compõe a categoria chave que é a Organização Social.

O terceiro nível de organização humana, denominado de "cidade industrial", é, portanto, o mais complexo dos três, com maior desenvolvimento tecnológico em relação aos momentos anteriores, assim como um novo momento da ordem social. Está fortemente associado à Revolução Industrial, que provocou profundas mudanças nas formas de vida nas cidades. Impossível discutir aqui os impactos da Revolução Industrial na geografia social das cidades, mas podemos afirmar para efeito deste estudo, que o momento industrial de organização da produção, trouxe o conhecimento adquirido com o uso do método científico aplicado na produção, o que revolucionou a vida urbana.

Rompe-se, portanto, com o momento "pré-industrial" no que se refere ao uso das fontes de energia. Enquanto no momento anterior eram usados somente o músculo animal e humano e, em alguns casos, a força do vento e da água, agora são usadas novas fontes de energia, por exemplo a máquina a vapor, que aplicada ao sistema fabril, trará profundas transformações na organização social do processo produtivo. Em termos das relações técnicas e sociais de produção, este novo momento fez com que os trabalhadores participassem mais proximamente uns aos outros no desenvolvimento das tarefas,

concentrando-se nas indústrias para o aumento do controle social sobre o trabalho, assim como, ampliou consideravelmente a divisão social e técnica do trabalho que, até então, era feita de forma artesanal. Outras características desse momento são a educação em massa e um sistema de classes fluído que são detalhadamente analisados no livro, porém, não nos interessa aqui discutir.

2. – Breves notas sobre o modelo

Ao chegar o ‘fim’ dessas considerações iniciais sobre o modelo sjoberniano de “cidade pré-industrial” parece-nos pertinente que alguns posicionamentos sejam estabelecidos sobre a leitura. O primeiro deles já foi solucionado com as recomendações de Mauricio de Abreu sobre a “camisa de força” que o modelo teórico pode querer “vestir” o seu estudo empírico e não necessariamente, comportar o seu “manequim”.

A segunda é uma questão central de sua obra. De fato, nas cidades pré-industriais da Europa Medieval, EUA, Ásia, África, América, certos elementos (ex: sistema econômico, de classe e de família) que são encontrados, são comuns a todas as comunidades urbanas. Mas suas formas de organização espacial em cidades pré-industriais diferem espaço-temporalmente. E a diversidade de situações encontradas pode, concordamos, não só consolidar divergências quanto ao tipo-ideal proposto, mais também, reforçar aqueles principais traços do modelo e que o operacionalizam satisfatoriamente.

Outra característica importante é a amplitude histórica possível com que esse modelo dialoga. Se for possível encontrar elementos comuns de estágio pré-industrial desde as cidades da Mesopotâmia antiga até os dias atuais, na Europa Medieval ou no rio de Janeiro oitocentista, isso não significa que suas ‘estruturas ecológicas’ sejam as mesmas. E ai, diríamos, nem sincronicamente, tampouco, diacronicamente. Mas, de fato, essa parece ser uma falha de modelo sjoberniano.

Parece-me também, que, após a leitura, especificamente para a reflexão do item que tange a ‘transição ecológica’ da cidade pré-industrial para a cidade industrial, na prática deposita-se pouca confiança na maquinaria como forte o suficiente para regular a os

mecanismos de controle na vida social da cidade. Os controles informais exercidos pelos sistemas de parentesco e o religioso (da Organização Social), nos parecem, são mais significantes. E de fato, nas cidades pré-industriais que seus exemplos nos elucidam, suas distinções de status estão visivelmente correlacionados com os atributos pessoais, os discursos, as vestimentas e os maneirismos pessoais que proclamam grupos étnicos. E todas essas coisas, como ele nos mostra em sua obra, dizem respeito à ordem social da cidade pré-industrial apesar se sua heterogeneidade.

Podemos concluir, a priori, que a obra de Gideon Sjoberg é complexa e merece uma grande atenção para todos aqueles pesquisadores de diferentes áreas que se proponham a desvendar os estágios evolutivos das cidades. Nessa breve discussão, apontamos apenas algumas características que configuram o estágio pré-industrial da cidade, segundo o modelo do autor.

Concluimos essa parte sabendo que muita coisa ainda precisa ser (re)vista para uma melhor análise deste momento. E essa tarefa está sendo feita concomitantemente ao amadurecimento intelectual do pesquisador. Mas já não nos resta dúvida que será esse amadurecimento que permitirá um maior refinamento em nossa análise empírica que será ulteriormente elaborada da cidade do Rio de Janeiro no século XIX, quando está ainda se apresenta, de acordo com ANDRADE (1980) e OLIVEIRA (1987) em um estágio de desenvolvimento “pré-industrial” de suas forças produtivas. Mas, pergunta-se: Que características presentes na cidade do Rio de Janeiro durante o século XIX permitem pensá-la sobre como fazendo parte do seu estágio pré-industrial? A isto retornaremos brevemente.

II - O RIO DE JANEIRO NO SÉCULO XIX: ANÁLISE HISTÓRICA

Pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento vêm buscando oferecer análises sobre as mudanças ocorridas na materialidade, organização e funcionamento da cidade durante o século XIX. Em comum, geralmente, esses trabalhos apontam a transferência da Família Real Portuguesa e toda sua gama de seguidores, em 1808, como o início dessas múltiplas transformações ocorridas na cidade e, por isso mesmo, o fato do recorte temporal de muitas pesquisas sobre a cidade iniciarem no ano de 1808 já não é mais uma surpresa.⁹

Todas essas obras acima mencionadas estão, em proporções diferenciadas, condicionadas pelo livro *Dom João VI no Brasil* de Manuel de Oliveira Lima, escrito em 1908. Este livro, através das obras publicadas posteriormente, consolidou-se com um clássico da historiografia carioca joanina.

Sabemos que historiadores, geógrafos, arquitetos, literários etc, ainda procuram avidamente por novos documentos dispersos em diferentes instituições de memória e que ainda possam trazer a tona novas informações para discussão e/ou distaciamento de informações errôneas anteriormente mencionadas sobre as mais diversas temáticas do 'período joanino'. E ainda que as contribuições possam ser muitas, jamais se chegou, até o momento, a uma análise completa do ocorrido nesses treze anos. Mas o fato de maior concordância entre todos os pesquisadores é que a transferência da Corte Portuguesa e toda sua gama de seguidores para à cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1808, alteraram profundamente os rumos históricos de nossa cidade.

Como aponta Laurentino Gomes (2007), os acontecimentos do passado são imutáveis, mas sua interpretação depende do incansável trabalho de investigação dos pesquisadores e também do julgamento dos leitores dos livros especializados.

⁹ . Ver, por exemplo: ABREU (1999), KARASH (2000), GOMES (2006), EDMUNDO (1957), OLIVEIRA (2005), ARRUDA (2008), WILKEN (2005), dentre outros.

Assim, obviamente, não será possível resgatar a totalidade histórica que fez com que a Família Real Portuguesa e centenas de outros viajantes desembarcassem no Rio de Janeiro em 7 de Março de 1808. Nem ao menos estamos interessados em aprofundar a contradição dos debates produzidos, ou, iluminar novos documentos históricos do 'período joanino'. Pretendemos, em realidade, discutir o processo de normatização das oficinas de artesanatos e manufaturas pelo órgão da Junta do Comércio a partir da vinda da Corte Portuguesa e, mais especificamente, a estrutura territorial destas manufaturas que passam a se permitidas no país.

Para debater isso, entretanto, devemos criar um suporte histórico. E então, brevemente, trabalharemos um pouco mais esse evento da vinda da Família Real Portuguesa para depois especificamente buscar entender como a partir da revogação do alvará de 1785, que proibia as atividades manufatureiras na colônia, se iniciou a tentativa de desenvolver uma política manufatureira para o país.

2.1 – A CIDADE DO RIO DE JANEIRO NO SÉCULO XIX: A CHEGADA DA FAMÍLIA REAL PORTUGUESA

A história da vinda da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro com sua partida no Rio Tejo em Portugal em 29 de Novembro de 1807, parada em Salvador em 22 de janeiro de 1808 e desembarque final no Rio de Janeiro em 7 de março de 1808, precisa ser compreendida em escalas que extrapolam os limites de imposição do poder do próprio Império Português. Elas precisam ser compreendidas no que o historiador Fernand Braudel denominou de 'tempo de longa duração'.

Sua concretização resulta de uma conjuntura específica singular dos quase três séculos de geopolíticas européias que se estabeleceram sobre as mais diversas áreas do globo terrestre desde o século XVI. E só assim compreenderemos melhor o que significou esse evento para os rumos de nossa cidade. Como tentaremos comentar, muito brevemente, mostrar a seguir.

Sabemos que antes da vinda da Corte Portuguesa e seus seguidores a cidade a cidade se estruturara de acordo com as exigências do escravismo colonial. Em termos espaciais, ocupava uma área limitada, tendo seu espaço limitado pelos Morros do Castelo, de São Bento, de Santo Antônio e da Conceição. Um chão que vinha sendo conquistado com muitas dificuldades por um complicado processo de adaptação frente à natureza. Sua população era majoritariamente constituída de escravos. Havia poucos trabalhadores livres e a Administração Pública da Cidade se mantinha concentrada nas mãos de uma pequena elite mercantil e militar, que controlava a cidade política e economicamente. Com tantos escravos, era quase uma cidade de mercadorias (ABREU, 1997). Uma cidade que ainda possuía uma “mistura de usos e classes sociais” no mesmo espaço.

Ressalta-se, que o controle sobre o espaço urbano estava inserido dentro das regulamentações estabelecidas no conhecido Pacto Colonial, ou seja, a vida econômica e social era comandada seguindo as lógicas do Império Lusitano. Por isso, algumas atividades econômicas, como por exemplo algumas oficinas de artesanatos e manufaturas, eram proibidas na colônia, O Alvará de 1785 que, de certa forma, regulamentava o uso do solo na urbe carioca no início do século XIX, não permitia o estabelecimento de algumas oficinas e manufaturas na cidade. O objetivo maior, em última análise, era evitar o intenso contrabando que se estabelecia nos portos da cidade, contrabandeando o ouro, e proteger os manufaturados portugueses, sobretudo, aqueles que vinham de sua nascente indústria de tecelagem, profundamente atrasada em relação à inglesa.

Vasconcelos (1997) nos oferece uma grande contribuição ao discutir os Agentes Modeladores das Cidades coloniais Brasileiras. Para este autor, não é possível entender a organização e funcionamento das cidades brasileiras do período colonial com os conceitos e termos utilizados para compreender as cidades atuais. Portanto, é necessário adaptar, ou mesmo criar, novos conceitos e termos, pois aqueles utilizados para a compreensão das sociedades atuais não correspondem satisfatoriamente às especificidades e à complexidade das sociedades pretéritas.

Segundo Vasconcelos (1997), os principais agentes modeladores das cidades no período colonial foram: (1) a Igreja; (2) as ordens leigas; (3) o Estado; (4) os agentes econômicos; (5) a população e os movimentos sociais. Não será possível neste trabalho discutir a atuação específica de cada um destes agentes, mas reconhecer que o Estado e a Igreja desempenharam um papel importantíssimo nos três séculos do período colonial.

O Estado teve uma organização bastante complexa. Representado por alguns órgãos administrativos competentes, era o Estado, no período colonial que oferecia apoio as atividades econômicas, na sustentação de funcionários e na realização de obras emergenciais de defesa do território.

É interessante mencionar, que o Estado durante o período colonial, por diversas vezes requisitava apoio e ajuda da população, seja através de aumento de impostos temporários, seja através da colaboração em dinheiro, alimentos e até no recrutamento de escravos para realiza obras com funções de defesa do território.

Como nos ensina Vasconcelos (1997), o Estado intervinha nos setores produtivos, seja proibindo determinadas atividades (como a tecelagem ou a ourivesaria), ou incentivando produtos e culturas, e mesmo realizando a produção direta. Outra função importante do Estado nesse período era a infra-estruturação urbana: construção de ancoradouros, de armazéns e de estradas.

A Câmara Municipal, que era apenas um desses órgãos administrativos competentes, foi responsável, dentre outras medidas, pelo controle das atividades urbanas. Era a câmara municipal, por exemplo, que decidia sobre os impostos, controle de preços, taxas, limpeza das ruas, sobre o controle de escravos, realizavam também obras de pequena monta, como a manutenção de fontes, bicas, e a conservação de pontes. Um fato muito interessante, e que pretendemos destacar, é que, para o caso da cidade de Salvador, a Câmara Municipal chegou a definir os arruamentos das diferentes atividades comerciais e artesanais, assim como as regras que deveriam enquadrar o comércio ambulante, e o transporte de bens e pessoas pelos carregadores (VASCONCELOS,1993). Agindo deste modo, podemos dizer que sua atuação foi influente na organização e ordenamento do espaço urbano na cidade de Salvador durante o período colonial. O exame da postura de 1785 mostrou que havia um ordenamento

espacial dos arruamentos, definindo a localização específica de cada grupo de artesãos em Salvador (VASCONCELOS,1993).

A igreja, mesmo com importância declinante no fim do período colonial, também teve um papel importantíssimo na conformação do espaço da cidade até a chegada da Corte Portuguesa. A Igreja, em realidade, manteve ao longo do período colonial relações umbilicais com o Estado. O Padroado e as ordens religiosas confirmam esta afirmação. Mas o que queremos destacar aqui, é a sua grande importância como agente modelador na estruturação da cidade colonial do Rio de Janeiro.

Sabe-se, por exemplo, da importância que os conventos tiveram como impulsionadores da expansão urbana, pois, localizados nos finais dos eixos de crescimento urbano, tenderam a atrair o crescimento das cidades em sua direção. No Rio de Janeiro, o convento dos jesuítas ficava no alto do morro do Castelo. O convento de São Francisco foi construído no morro de Santo Antônio. O convento do Carmo ficava no Paço da Cidade. As Irmandades, que eram responsáveis por diversas procissões no período colonial, também tiveram um papel decisivo na conformação da cidade ao longo do período colonial. Além da Irmandade da Misericórdia, outras de menor prestígio também foram importantes, como aquelas irmandades especializadas segundo a profissão que exerciam, como a dos militares e dos artesãos, assim como, irmandades especializadas segundo os grupos sociais, como as de portugueses; de brasileiros; de mulatos; de crioulos etc. Alguns outros exemplos poderiam ser citados, mas evitemos que a descrição se torne extremamente longa. De fato, o que nos importa neste momento é, portanto, ratificar o papel da Igreja como um importante Agente Modelador da cidade do Rio de Janeiro no período colonial.

Fania Fridman em seu livro *Donos do Rio em Nome do Rei: Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*, nos oferece uma análise minuciosa da aquisição de terras urbanas por instituições religiosas católicas e suas práticas espaciais que moldaram a geopolítica em um Rio de Janeiro ainda colonial. Relacionando umbilicalmente Igreja e Estado nesse período, a autora nos mostra como as leis eclesiásticas tiveram papel importantíssimo no estabelecimento de caminhos e atividades da expansão urbana até a promulgação da lei de terras.

Para Fridman (1999: 15), “ao descrever o patrimônio religioso, estabelecemos relações com os marcos referenciais citadinos, pois discutimos a hipótese da acumulação da propriedade ‘santa’ como um importante vetor da expansão e fator de valorização do solo urbano”. Assim, a autora busca enfatizar a idéia da segregação espacial não só por suas instituições religiosas representativas, mas também, por classes de renda e da especialização de funções na cidade colonial como um princípio organizador da experiência urbana brasileira anterior à consolidação do capitalismo.

Ou seja, a cidade colonial do Rio de Janeiro já apresenta sua uma base territorial normatizada antes da vinda da Corte Portuguesa. A Igreja e o Estado foram, indubitavelmente, importantes agentes modeladores na cidade nesse período. Eles orientaram, dentre outros, as atividades econômicas permitidas de serem realizadas e àquelas que deveriam ser proibidas. Orientaram também, o sentido da expansão urbana da cidade, através de suas práticas espaciais. A cidade colonial, então, já apresenta uma temporalidade própria que acaba por entrar em ‘choque’ com as novas formas de apropriação e regulamentação das atividades que aqui tomam lugar a partir de 1808.

Laurentino Gomes (2007), em seu livro *1808 Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*, busca resgatar a história da corte portuguesa no Brasil do relativo esquecimento a que foi confinada e tentou devolver seus protagonistas à dimensão mais correta possível dos papéis que desempenharam duzentos anos atrás. Utilizando-se de uma linguagem simples, o autor torna seu texto compreensível para aqueles que se interessam pelos acontecimentos do passado, mas não estão acostumados com a linguagem rebuscada que permeia a bibliografia acadêmica.

De acordo com Gomes (2007: 20),

“a fuga da família real para o Rio de Janeiro ocorreu num dos momentos mais apaixonantes e revolucionários do Brasil e de Portugal, em que grupos de interesses tão diversos, como monarquistas, republicanos, federalistas, separatistas, abolicionistas, traficantes e senhores de escravos, se opunham numa luta pelo poder que haveria de mudar radicalmente a história desses dois países”.

Maurício de Abreu (1997), um dos precursores da geografia histórica brasileira, dedicou um capítulo inteiro de seu livro *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*, intitulado “O Rio de Janeiro do século XIX: Da cidade colonial à cidade capitalista”, para explicar como progressivamente, a partir da chegada da Família Real Portuguesa e da Abertura dos Portos as Nações Amigas, eventos ocorridos em 1808, algumas exigências do Modo de Produção capitalista transformaram o espaço urbano carioca e deram origem a inúmeras e intensas contradições. Sua análise mostra como a produção do espaço urbano carioca, dirigida por agentes sociais específicos em diferentes momentos do século XIX, teve como objetivo principal superar as contradições da cidade colonial-escravista para atender as novas demandas do Modo de Produção emergente.

Segundo ABREU (2008 [1987]: 35)

“só a partir do século XIX é que a cidade do Rio de Janeiro começa a transformar sua estrutura urbana e apresentar uma estrutura espacial estratificada em termos de classes sociais. Até então, o Rio era uma cidade apertada, limitada pelos Morros do Castelo, de São Bento, de Santo Antônio e da Conceição. Ocupava, entretanto, um chão duramente conquistado à natureza, através de um processo de dissecação de brejos e mangues que já durava mais de três séculos [...]. No decorrer do século XIX assiste-se, entretanto, modificações substanciais tanto na aparência como no conteúdo da cidade. A vinda da família real impõe ao Rio uma classe social praticamente inexistente. Impõe também novas necessidades matérias que facilitem o desenvolvimento das atividades econômicas, políticas e ideológicas que a cidade passa a exercer”.

Mas é em um outro *paper* de sua produção que Maurício de Abreu, em co-autoria com Luciana Martins, realiza um *tour de force* analítico sobre o ‘período joanino’. Em *Paradoxos da Modernidade: O Rio de Janeiro do Período Joanino, 1808-1821*, os autores buscam estabelecer dois diálogos principais com seus interlocutores. Sendo estes: (1) apresentar uma nova perspectiva da relocação da corte portuguesa e seu significado para o desenvolvimento do Rio de Janeiro entre 1808-1821. E (2): Questionar a rotulação muito simplificada da sociedade brasileira do início do século XIX como ‘pré-moderna’ e ‘fechada’. Nas palavras dos autores “entender esse momento particular de transformação urbana como um produto de interseção de processos de comércio globais-redes de escravidão e capitalismo industrial” (Abreu e Martins, 1999: 214).

Embora o Rio de Janeiro tivesse sido a capital do Brasil por mais de 45 anos antes da chegada da corte portuguesa exilada era, em 1808, um núcleo urbano de tamanho médio, com uma população estimada de 50-60.000 pessoas (apud Abreu 1999: 211). A cidade fornecia um porto seguro e um conveniente ponto de escala para os veleiros que se destinavam as Índias Orientais; sul da África e da Austrália. Embora as modestas instalações do Rio tivessem, aparentemente atendido às necessidades tanto dos habitantes brasileiros quanto dos humildes viajantes, foram consideradas insuficientes para a comitiva real. De acordo com Abreu (1999: 211), “Ao ouvir as notícias da iminente chegada da corte ao Rio, o vice-rei – Conde dos Arcos – imediatamente tomou providências para forçar os senhorios e locatários a desocupar as melhores residências disponíveis. Ao mesmo tempo, os governadores das províncias próximas foram instruídos para que aumentassem o suprimento de provisões para a cidade”.

A chegada da corte portuguesa na cidade, em março de 1808, e o fluxo ininterrupto de outros navios portugueses nos meses seguintes aumentaram a população do Rio em aproximadamente 15.000 pessoas, ou seja, cerca de 30 % da população (Oliveira Lima, apud Abreu, 1999: 212). A família real permaneceu no Rio até 1821, quando a geopolítica imperialista europeia permitiu as condições de retorno da nobreza portuguesa a Lisboa. Como aponta Abreu (1999: 212), “Durante esse período, a sociedade brasileira sofreu uma série de notáveis transformações. Politicamente, o status do Brasil foi elevado, com a criação do Reino Unido com Portugal em 1815. Economicamente, esse foi um período de mudança dramática, uma vez que a produção de café iniciou sua rápida expansão, a manufatura (antes proibida pelos portugueses) começou a se desenvolver e os portos brasileiros foram abertos ao comércio exterior.”

O jornalista australiano Patrick Wilken (2006), em seu livro *Império à Deriva: A Corte Portuguesa no Rio de Janeiro 1808-1821*, também resgata esse momento e ilumina novos documentos históricos encontrados em arquivos do Rio de Janeiro, Portugal e no Ministério de Relações Exteriores britânico. O autor busca consolidar a posição de que, dentre outros, a fuga da família da Bragança para a cidade já tinha sido planejada anteriormente por diversas vezes. Em realidade, sempre que o Império Português estava ameaçado pela conjunta geopolítica internacional, planos estratégicos eram recuperados para serem realmente postos em ação em caso de emergência.

José Arruda (2008), em seu livro *Uma colônia entre dois Impérios*, mostra como a colônia do Rio de Janeiro foi uma 'moeda forte' de negociação para as pretensões inglesas que vinham sendo estabelecidas através de diversos tratados políticos com Portugal e que remontam ao século XIV. Essas relações de dependência vieram sendo progressivamente sendo intensificadas através de um controle informal exercido sobre as atividades econômicas na metrópole e nas colônias portuguesas e se consolidaram com a Abertura dos Portos as Nações Amigas em 1808.

Como podemos perceber, muitas são as produções historiográficas sobre esse período. Não nos será possível, entretanto, analisar todas as obras consultadas. Precisamos prosseguir. Agora, então, discutiremos algumas questões polêmicas que tem permeado a temática em tela.

Uma das polêmicas questões que tem permeado a literatura do 'período joanino', ou seja, os treze anos que a Corte Portuguesa esteve na cidade do Rio de Janeiro (1808-1821), é se a Família Real realmente fugiu de Portugal ou se ela simplesmente embarcou. Gomes (2007: 21), coloca a questão da seguinte maneira: Qual seria o termo adequado para definir o que aconteceu entre novembro de 1807 e julho de 1821, datas da partida e do retorno de D. João VI a Portugal? Em realidade, os historiadores da cidade nunca chegaram a um acordo. A historiadora Lilia Moritz Schwarcz, por exemplo, chama esse evento de 'fuga', assim como o faz Jurandir Malerba em seu livro *A Corte no Exílio*. Oliveira Lima se refere à 'transladação da Corte'. Luiz Norton, por sua vez, chama de 'transposição da sede portuguesa'. Já Ângelo Tobias, fala em 'retirada da Família Real para o Brasil'. E ainda há outras que usam expressões como 'mudança' ou 'transmigração'.

Aqui, independente do termo utilizado para designar esse momento, nos interessa mencionar que na viagem através do Atlântico vinham escoltados pelas esquadras britânicas a corte portuguesa com toda sua monarquia, a máquina administrativa estatal portuguesa e uma gama enorme de seguidores. Vinham oficiais da coroa, como ministros, conselheiros, auxiliares e outros burocratas, que representaram a implantação do Estado brasileiro. Soma-se a estes, uma multidão de pessoas que também conseguiram embarcar prometendo prestar os mais diversos serviços a corte como gratidão.

Ainda não sabemos ao certo quantas pessoas vieram para o Brasil com a esquadra da família real portuguesa. As opiniões variam significativamente. E nessa surge uma outra

intrigante questão. Quantas pessoas vieram com a Corte? Novamente, uma nítida pluralidade de opiniões entre os pesquisadores da cidade. Segundo alguns pesquisadores, cerca de 15 mil pessoas embarcam para o outro lado do Atlântico naquele 29 de Novembro de 1807. Para o respeitado pesquisador Nireu Cavalcanti, o número de pessoas que vieram naquela viagem é bem menor. Ele seria de 420 pessoas segundo suas fontes históricas consultadas. Já para o historiador Kenneth Light, esse número é de 11 mil pessoas. Como é possível perceber, existem divergências quanto ao real número de pessoas que partiram com a Corte portuguesa e essas, devem-se, sobretudo, as informações encontradas em documentos históricos e relatos de passageiros, como diários de bordo etc

Os debates sobre o Rio de Janeiro 'joanino' são ricos e instigantes. Se a corte 'fugiu', 'migrou', 'embarcou' é um deles. Quantas pessoas vieram é outro. Mas existem muitos outros, que ainda exigem pesquisa árdua de documentos que possam trazer a luz novas informações. Mas para continuar, então, o fato é que a Corte desembarcou no Rio de Janeiro, trazendo profundas transformações para os rumos históricos da cidade.

Como aponta Abreu (1999: 212), "Como capital do império português entre 1808 e 1821, o Rio sentiu o efeito dessas transformações. Os limites físicos da cidade rapidamente se expandiram, a população urbana quase dobrou; a economia urbana cresceu e diversificou-se, e a vida cultural da cidade sofreu mudanças significativas".

O autor, acima mencionado, procura mostrar como historiadores tem divergido na interpretação do significado desse momento para o desenvolvimento da cidade. Por um lado, na opinião tradicional, é que esse período significa um divisor de águas na história do Rio. As mudanças materiais na paisagem foram, assim, representadas como sintomas da transformação de uma 'sociedade colonial' em uma 'sociedade capitalista moderna'. Por outro lado, uma interpretação alternativa sugere que longe de prenunciar a transição de posto avançado colonial para uma cidade do mundo moderno, a chegada da corte portuguesa ao Rio, na verdade, veio fortalecer suas tradições coloniais e assim 'retardou' sua modernização (Karash, 1985: 148 apud Abreu: 212).

Como aponta Abreu (1999: 212), "Apesar de todas as diferenças evidentes, ambas as interpretações compartilham uma estrutura temporal comum, que se apóia no movimento de uma era pré-moderna/colonial para outra moderna/capitalista. Elas se fundamentam no

paradigma da modernização, em que a cidade colonial é situada como estágio de transição entre o tradicional e o moderno”.

Seu trabalho procura oferecer uma outra perspectiva da relocação da corte portuguesa e seu significado para o desenvolvimento do Rio de Janeiro. Entre 1808-1821, a vida social do Rio de Janeiro foi governada por uma variedade de códigos sociais contraditórios, cada qual associado com um tipo específico de temporalidade. Para Mauricio de Abreu (1996: 33), “Foi certamente mais complexo do que uma mera transição de um tempo arcaico ou tradicional para um moderno: as contradições do processo sugerem diferentemente. Durante esse período, por exemplo, as posições da colônia e metrópole foram invertidas, o absolutismo português era apoiado pelo liberalismo britânico, e uma economia de mercado desenvolveu-se lado a lado com a expansão da escravatura”.

Uma infinidade de questões pode ser discutida a partir da vinda da Corte Portuguesa, para o Rio de Janeiro. Dentre elas, nos interessa mais particularmente a criação do órgão administrativo da Junta do Comércio, que a partir da revogação do alvará de 1785, que proibia o estabelecimento de manufaturas na colônia, começou orientar um pensamento para uma primeira ‘política manufatureira’. A seguir, apenas pontuamos algumas das mudanças ocorridas na organização e funcionamento com a vinda da corte portuguesa. Dentre essas, podemos mencionar, por exemplo:

- Abertura dos Portos às Nações Amigas (Pacto Colonial)
- Revogação de decretos que impediam atividades de manufaturas e indústrias na colônia
- Redução de 24% para 16% das tarifas de importação de produtos britânicos
- Elevação do Brasil ao Reino unido de Portugal e Algarves (1815)
- Criação do Banco do Brasil
- Criação do Jardim Botânico
- Criação da Imprensa Régia
- Cunhagem de Moedas estabelecidas na Colônia
- Criação de estradas e infra-estrutura de base
- Criação da Décima Urbana
- Criação da Polícia
- Criação de Escolas, Teatros e Bibliotecas

Como podemos perceber, muitas são as transformações ocorridas na materialidade, organização e funcionamento da cidade com a vinda da corte portuguesa. Ainda que uma análise integrada de todas essas mudanças em conjunto seja de extrema importância para a recuperação do processo de produção territorial da cidade no século XIX, nossa análise se concentra apenas na revogação dos decretos que impediam as atividades de manufaturas na cidade. E para orientar essa incipiente política manufatureira estabelecida, criou-se um órgão administrativo denominado Junta do Comércio, como procuramos mostrar no próximo capítulo.

III – A Real Junta do Comércio, Agricultura Fábricas e Navegação do Brasil e Domínios Ultramarinos

Alguns trabalhos vêm buscando entender a atuação e composição social do órgão administrativo criado no Brasil, em 23 de Agosto de 1808, da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegações do Estado do Brasil e Domínios ultramarinos. Este órgão foi responsável, dentre outras atividades, pelas diretrizes que orientaram a primeira política manufatureira do país. Sua direção, entretanto, foi conduzida por um corpo social com interesses específicos e que buscaremos explicar através de seletivos exemplos. Um maior aprofundamento da atuação da Real Junta do Comércio no Brasil sugere a consulta de ANDRADE (1980), MARQUES (1998), e de OLIVEIRA (1987).

Inicialmente criado em Portugal, no ano de 1755, o Tribunal da “Junta do Comércio destes Reinos e seus Domínios”, posteriormente denominado Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação deste Reino e seus Domínios”¹⁰, desempenhou atuação muito importante na orientação de diversas atividades econômicas, tanto em Portugal, quanto em suas diversas colônias. Foi, em realidade, um órgão administrativo nacional que tinha poderes decisórios sobre as iniciativas tomadas nessas quatro áreas econômicas. Sabe-se que, foi através de suas orientações, empreendimentos e restrições que a política manufatureira de Portugal se desenvolveu durante o fim do século XVIII e início do XIX.

¹⁰ 9. Em 1755 foi criada com o nome de ‘Junta do Comércio destes Reinos e seus domínios’, posteriormente, o Alvará de 5 de junho de 1788 mudou sua denominação para ‘Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação deste Reino e seus domínios’. Em 1808, no Brasil, foi criada com o nome de ‘Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação do Estado do Brasil e Domínios Ultramarinos’.

De acordo com Marques (1998: 12),

“A organização dos meios de controle sobre a produção e circulação da riqueza na forma de juntas do comércio é uma tradição de longa memória no Estado Português moderno. Foram diversas as agências de administração pública criadas com esta denominação ao longo do tempo, que assemelharam-se, por um lado, no propósito geral de garantir o controle do Estado sobre alguma atividade sujeita ao monopólio real e, por outro, na participação de comerciantes nas decisões do órgão”.

As Juntas do Comércio diferiam entre si, ainda de acordo com a autora, pelo grau de abrangência do controle do Estado sobre a atividade, isto é, pela forma assumida pelos instrumentos de controle ao longo do tempo, podendo ser mais ou menos efetivos na obtenção dos objetivos desejados. (Marques, op. cit., 12).

De fato, as Juntas do Comércio foram uma das mais comuns formas de incorporação dos grandes comerciantes na administração de determinadas atividades governamentais para as quais o Estado Português não dispunha de recursos humanos ou financeiros. Estabelecido um monopólio, a administração era entregue a uma entidade específica, em troca de uma parte dos lucros da operação, havendo grande rigor na seleção dos comerciantes admitidos nesse seleto círculo. E exatamente por ser um dos melhores instrumentos de controle disponíveis para garantir a preservação dos interesses do Estado é que a fórmula de Juntas do comércio foi largamente utilizada na administração colonial.¹¹

¹¹ Sabe-se que já em 1672, em Lisboa, foi criada a Real Junta do Comércio Geral do Brasil, que pretendia, dentre outros, regular o estanco do pau-brasil e a Junta da Administração do Tabaco, surgida em 1702. Como fica claro a seguir: “O estanco do pau brasil correrá por conta da fazenda que se administra pela Junta, na mesma forma que até agora, repartindo pelas praças da Europa conforme o que costuma gastar e porque se carregar geralmente em todos os navios se tem, seguindo grandes descaminhos ao estanque do gênero, porque à sobra do que carregam para Junta, trazem os mestres outro de partes, ou por sua conta e o carregam para fora do Reino, ou a vendem nele e que ainda que se ache desembarcado, com dizerem que é do da Junta se livram. Hei por bem que daqui por diante todo o pau Brasil venha nos navios da Junta, e que ela não possa ter jurisdição para mandar vir em outros, e que qualquer outra embarcação que o trouxer seja confiscada para a fazenda da mesma Junta e bem assim o pau que se achar, e o mestre da tal embarcação incorrerá nas penas” (apud Marques, 1998: 13)

Ainda que uma análise das Juntas do Comércio desde seus tempos mais remotos seja de grande interesse histórico e geográfico para o entendimento das práticas administrativas do Estado Português em relação à história do comércio, nosso interesse, nesse momento, é o entendimento da junta do comércio para o caso brasileiro, e que se assemelha rigorosamente para àquela criada em Lisboa em 1755. E é isso que trabalharemos a seguir, ou seja, como a Junta do Comércio foi instalada no Brasil.

3. 1 – A Junta do Comércio no Brasil

Segundo Heynemann (2008), “o desembarque da Corte Portuguesa no Brasil trouxe, logo de imediato, a revogação da proibição de 1785 no alvará de 1º de Abril de 1808, que extinguiu ‘toda e qualquer proibição, que haja a este respeito no Estado do Brasil, e nos meus domínios ultramarinos, e ordenar, que daqui em diante, seja o país em que habitem, estabelecer todo o gênero de manufaturas, sem excetuar alguma, fazendo os seus trabalhos em pequeno ou em grande, como entenderem que mais lhes convém, para o que”. Para orientar todo esse comércio agora permitido, foi criado, no Brasil, a Junta do Comércio.

A Junta do Comércio, criada no Brasil, se enquadra no complexo aparelhamento administrativo que substituiu bruscamente, sem nenhuma transição, a diminuta administração até então existente na colônia. Foi instalada junto as grandes repartições públicas e serviços da Corte, que foram em grande parte ineficientes. Após a emancipação política, em 1822, ficou subordinada ao Ministério do Império, que avaliava e fiscalizava suas ações (ANDRADE: 13). Naquele momento seus objetivos eram, dentre outros, levar ao Rei:

“os meios mais acomodados para aumento e dilatação do comércio, compreendendo nesta denominação, assim a mercancia em grosso, como as vendas pelo miúdo, e ainda as Artes Fabris, que constituem os elementos da felicidade do Reino, e as mãos e os braços do corpo político” (apud Andrade, 1980: 1).

Redigindo sobre a capacidade e composição social do Tribunal, o Alvará de 23 de Agosto de 1858 expõe:

“...Entenderá em todos as matérias relativas aos objetos e de sua Instituição que compreendem o que é respectivo ao comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, e decidirá o que lhe requerem, consultando-lhe quando for necessário, e propondo tudo que pude concorrer para o melhoramento de objetos tão interessantes ao bem do Estado” (apud Andrade, 1980: 2).

E sobre sua composição e capacidade, assim nos diz:

“ [Compor-se-á] do Presidente, que será na forma da mesma lei de cinco de junho de mil setecentos e oitenta e oito e meu ministro de Estado, e Despacho, que servir de Presidente do Real Erário, e dos Deputados que eu houver por bem nomear, e de um secretário que será também Deputado, vencendo estes o ordenado anual de seiscentos mil réis, além dos emolumentos que lhes competirem. E haverá mais um juiz conservador, e um Fiscal com a mesma Jurisdição que exerciam os que o eram em Lisboa” (Andrade, op. cit.)

Nessa pesquisa, entretanto, buscaremos apenas tecer alguns comentários sobre a organização e o pensamento econômico dos elementos que compunham este órgão, para melhor compreender o sentido de suas ações e orientações, que tanto influenciaram o desenvolvimento das oficinas e manufaturas no Rio de Janeiro oitocentista.

Como organismo coordenador das atividades econômicas, suas funções eram amplas, abarcando Mesas de Inspeção e de Contribuições, Administração de bens e falecidos, Falências Comerciais, Consulados Comerciais, Comerciantes, Navegação, Administração de pesca a baleias, Faróis, Estradas, Pontes e Canais, Importação e Exportação, Aulas de Comércio, Companhias de Seguro, Invenções e “Fábricas”. (Andrade: 3). As figuras 1 e 2 (na pág. 50) mostram, respectivamente, a estrutura e organização da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação e a distribuição dos diversos órgãos da Junta do Comércio na Corte e nas Províncias da Bahia, Pernambuco e Maranhão.

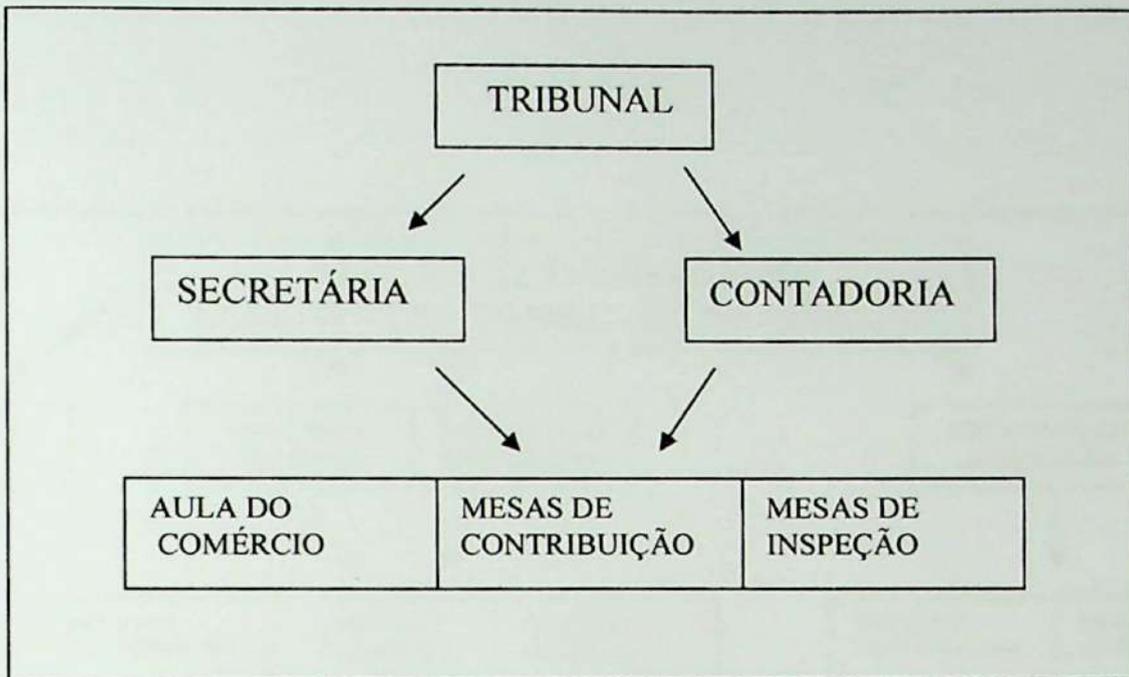


Figura 1 – Estrutura e Organização da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação

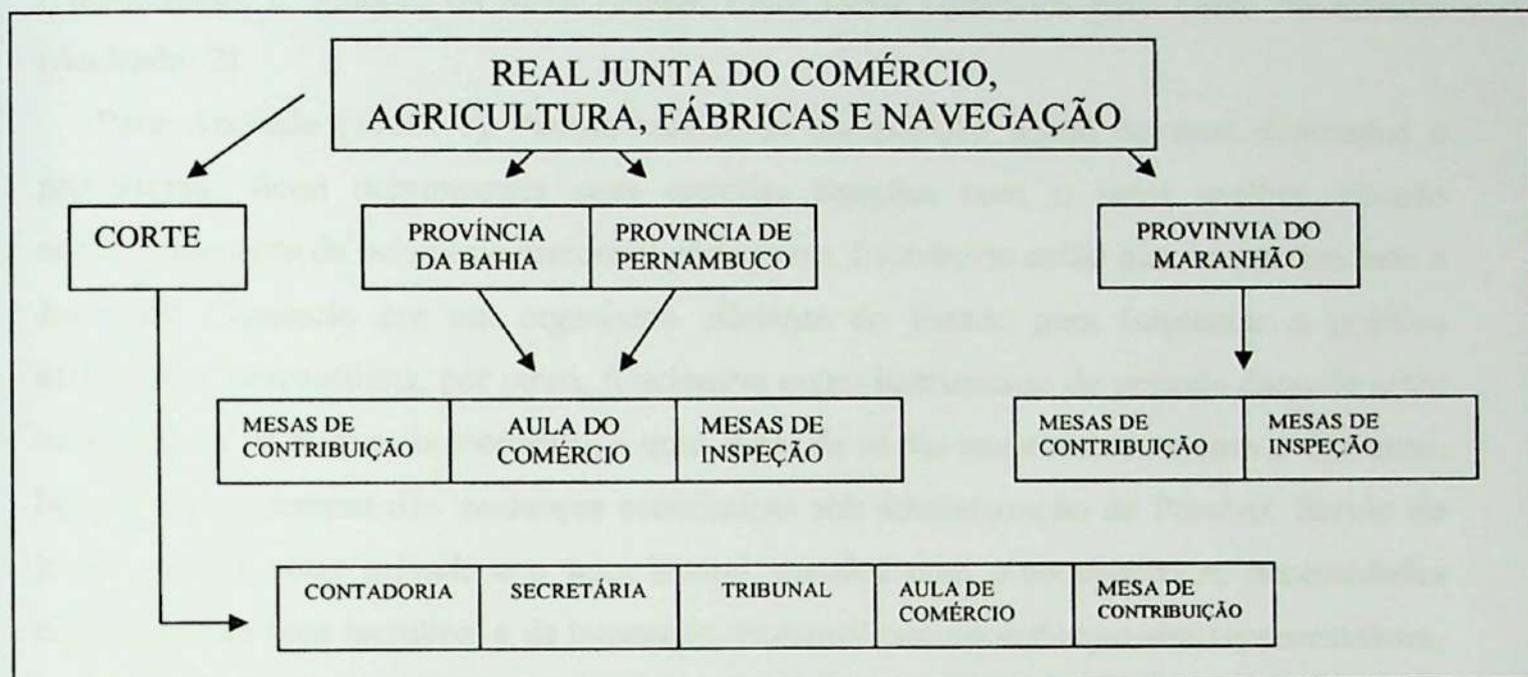


Figura 2 – Distribuição dos diversos Órgãos componentes da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação na Corte e nas Províncias da Bahia, Pernambuco e Maranhão.

A primeira diretoria tomou posse no dia 18 de maio de 1809, sendo Presidente o Conde de Aguiar, que nomeou os Deputados Luís José de Carvalho e Melo (Desembargador do Paço), Leonardo Pinheiro de Vasconcelos (Conselheiro do Conselho da Fazenda), Manoel Moreira de Figueiredo (Desembargador da Cada de Suplicação), José da Silva Lisboa (Desembargador da Relação da Bahia), José Caetano Gomes, Mariano José Pereira da Fonseca (Bacharel), João Rodrigues Pereira de Almeida, Elias Antonio Lopes (Negociante), e Antonio da Silva Lisboa. Eram todos nomeados pelo chefe do Estado. (Andrade: 2)

Para Andrade (1980: 1), “numa análise da composição social de seus deputados e provedores, ficou demonstrada suas estreitas ligações com o setor melhor situado economicamente da burguesia mercantil portuguesa. Percebe-se então que, se por um lado a Junta do Comércio era um organismo eficiente do Estado para implantar a política econômica mercantilista, por outro, funcionava como instrumento de pressão daquele setor monopolista da burguesia mercantil, o qual, a par de se dar amistosamente com o Governo, beneficiou-se sempre das mudanças econômicas sob administração de Pombal. Serviu de liame entre o setor privado e o setor estatal, atendeu com preocupação as necessidades específicas de seus membros e da burguesia mercantil monopolista que eles representavam, e ainda, funcionou como instrumento-chave da prática mercantilista em Portugal durante a época pombalina”.

Destaca-se aqui, que a Junta do Comércio era mantida por contribuições sobre produtos cobrados em todos os portos do Brasil. Estas contribuições eram, segundo o órgão, variáveis quanto ao valor e peso dos gêneros. Os principais produtos exportados nesse momento, ou seja, em 1808, eram, o açúcar, o tabaco, o couro e o algodão. Posteriormente, já na década de 1830, outras taxas foram sendo incorporadas na arrecadação da Junta do Comércio, como por exemplo, a terça parte dos rendimentos dos Provedores de Seguros das Praças do Rio e da Bahia. Estes rendimentos tiveram o objetivo, sobretudo, de suprir outras atividades, como a construção de uma Praça de Comércio no Rio e na Bahia, assim como estabelecer Aulas de Comércio e oferecer prêmios aos que se sobressaíssem em algum gênero de indústrias.

A Aula do Comércio da Corte foi criada em 1809 e para o início da carreira nas repartições públicas como praticante exigia-se que tivesse curso desta 'Aula'. Diz-se que a 'Aula do Comércio' surgiu da necessidade de os negociantes nacionais modernizarem suas práticas mercantis frente á concorrência estrangeira e de se organizarem com mais eficiência.

Citaremos também algumas taxas que 'engordavam' os cofres da Junta do Comércio, a saber: licenças para se abrir lojas de varejo; matrícula de quem as abrisse e estabelecimento de 'fábricas', provisões de matrículas dos negociantes; cobravam-se também matrículas de mestres e oficiais de 'fábricas'; de passaporte aos navios etc. Menciona-se também, que já na década de 1830, o café começava a aparecer com extrema importância na pauta de exportações do Brasil, inserindo-se entre os principais produtos na pauta de exportações e orientando nosso modelo econômico.

A Junta do Comércio possuía poderes para conceder Provisões e Privilégios de 'Fábricas' àquelas atividades que consideravam merecer tal denominação. As Provisões significavam contar com a isenção de impostos alfandegários, sobre matérias-primas estrangeiras e nacionais necessárias para a produção. Estas provisões eram oferecidas, tanto para as atividades do Estado, como para aquela organizada por particulares. Após uma burocracia que deveria ser cumprida, as fábricas que recebessem tais provisões passavam a ser consideradas "Fábricas Reais". Tal denominação, nesse momento, significava o direito de adquirir uma licença para colocar as Armas Nacionais no portão, o que certamente conferia 'status' ao seu produto. Entretanto, devemos mencionar que nem todos os empreendimentos recebiam ou pediam Provisões, ou seja, algumas oficinas e fabriquetas podiam funcionar mesmo sem receber tais Provisões. Acrescenta-se a isso que, a partir de 1813, somente as maiores 'fábricas' recebiam Provisões, sob a denominação de "Fábricas em Grande".

Podemos trazer como exemplo, para o que foi relatado acima, o pedido de um comerciante de sedas, que se tornou 'fabricante'. Seu pedido, assim nos diz:

“Diz Manoel José de Miranda, que, tendo uma loja de seringueiro nesta cidade, que vendia todas as obras de tecidos que mandava vir de Portugal, excitado pelo Alvará de 1 de Abril de 1808, que, abolindo e cassando as disposições anteriores, que vedavam o estabelecimento de fábricas no Brasil, passou a estabelecer na rua chamada dos ciganos, uma fábrica de tecidos estreitos de todas a qualidade(...) na qual trabalham atualmente três teares [pede concessão dos] privilégios, isenções e regalias que competem as Fábricas Reais.” (apud Andrade: 21).

O Príncipe Regente D. João, por sua vez, a quem o requerimento fora enviado, mandou que o Deputado Inspetor das Fábricas informasse com seu parecer, que foi o que se segue:

“Visitei a Fábrica de Manoel José de Miranda, na qual achei três teares em atual trabalho, tecendo galões de prata, e fitas de seda com algodão; e me disse que por falta de oficiais, não podia aumentar o número de teares. Parece-me digno da graça que implora. Vossa alteza mandará o que for servido” (apud Andrade: 22)

Um outro bom exemplo, agora de um proprietário já de posse da provisão de ‘Fábrica’, que pedia para ter Armas Imperiais no seu portão, como no caso de Mitraud e Pedelupe, fabricantes de chapéus, relatado a seguir:

“D. Pedro, (...) faço saber aos que esta Provisão virem, que falo pelo Tribunal da Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação do Império do Brasil, me apresentaram Mitraud e Pedelupe, pedindo-me a graça de poderem colocar na sua fábrica de chapéus, estabelecida nesta Corte, as Armas Imperiais, assim como de usar o título de Fábrica Imperial. E atendendo ao seu requerimento: hei por bem conceder aos suplicantes a graça pedida de poderem colocar na mencionada Fábrica as Armas do dito Império, assim como de usarem do título de Fábrica Imperial” (Apud Andrade, 1980: 22)

Outra maneira que a Junta do Comércio encontrou no período para incentivar as atividades manufatureiras foi a de conceder Privilégios. Os Privilégios eram recompensas dadas a inventores e/ou introdutores de máquinas úteis as diversas atividades. Era necessário, entretanto, ser feita toda uma avaliação pela Junta do Comércio, que ao final do processo de avaliação, dava seu parecer. Caso o parecer fosse favorável, o direito do inventor era firmado por uma patente. Privilégios também foram concedidos a estrangeiros que introduziram máquinas não conhecidas no país. Podemos citar, como um bom exemplo para esse caso, o pedido de privilégio de um inventor francês chamado Julio Geyelin, para uma nova máquina de torrar café, como relatado ao dirigir-se a Junta:

“Seu invento era uma máquina ‘que à economia da mão-de-obra e do tempo, reúne a grande vantagem de conservar o café em todo seu estado de perfeição: primeiro porque um trabalhador é suficiente para fazer todo o serviço que a máquina exige, segundo porque ela fará o trabalho de dez pilões, terceiro porque o café não será quebrado em pilões e, finalmente porque a máquina preenche o trabalho dos pilões atualmente usados, e dos ventiladores; de maneira que ao passo que o café será socado, igualmente ficará e sairá mais limpo” (Andrade, 1980: 23)

Em sua análise, Rômulo Garcia de Andrade, mostra bem como os Inventos para os quais eram pedidos privilégios à Junta do Comércio, demonstram o pouco desenvolvimento das ‘forças produtivas’ da época (poucos inventos movidos a vapor). Eram em sua maioria, destinados as tarefas ligadas à agricultura, e que refletiam a estrutura econômico-social escravista do período, no qual as atividades manufatureiras urbanas estavam inicialmente ligadas ao campo. De certa forma, refletiam também o ideário econômico que regia a Junta do Comércio, e que não era, a priori, favorável aos empreendimentos manufatureiros. Era à agricultura que deveriam ser destinados os principais favores e a proteção mais eficaz do Governo. Ou seja, as atividades manufatureiras urbanas estavam condicionadas ao interesse do campo.

Em realidade, muitos membros da Junta do Comércio acreditavam que se o país podia comprar manufaturados, sobretudo, ingleses, com menos preços e maior qualidade, deveria fazê-lo. De fato, o que nos parece importante é destacar que uma parte do corpo social presente na Junta do Comércio, representada por comerciantes e latifundiários, buscaram estreitar seus laços com à Inglaterra, através da possibilidade recente que o mercado lhes oferecia para venda de seus produtos, sobretudo, gêneros primários para exportação. Contudo, ainda nessa época, a idéia dominante era de que os principais favores e a proteção mais eficaz do governo deveriam ser dadas a Agricultura. De acordo com Andrade (1980: 57) “o ideário econômico desses escalões administrativos não era favorável aos empreendimentos manufatureiros, como não o era a infra-estrutura econômico-social escravista de então”.

Se for verdade que, após a Abertura dos Portos, Brasil e Inglaterra intensificam suas relações comerciais, já não mais coordenadas por terceiros, o mesmo não podemos dizer quanto ao equilíbrio dessas negociações. De fato, não havia reciprocidade nas relações econômicas entre Brasil e Inglaterra. Buscava-se, em realidade, aprofundar a divisão internacional do trabalho, e que oferecia ao país a condição de agro-exportador. De acordo com Andrade (1980: 58), “foi um liberalismo que agia contra os interesses nacionais”. Ao escrever observações sobre a franqueza da indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil, José da Silva Lisboa (Visconde de Cairu), membro da Junta do Comércio, assim se posicionava:

“...Parece-me impróprio e pernicioso precipitar as épocas dos possíveis melhoramentos do Brasil no que respeita às fábricas; e é evidentemente absurdo pretendermos rivalizar e já competir com países populosos e adiantados em estabelecimento desta natureza, e até no risco de distrair braços e fundos dos mais convenientes canais da riqueza nacional (Lisboa apud Andrade: 59)

Aconselhava ainda, em seus relatos na Junta do Comércio, o exemplo do Governo norte-americano, que:

“reconhecendo a ordem natural(...), não apoiou o estabelecimento de fábricas com os favores e privilégios, que os Governos da Europa praticam, deixando os braços e capitais do país tomarem por si mesmos, e de próprio acordo dos interessados, as direções mais apropriadas as circunstâncias da terra (...) Nem por isso se deixarem de ir introduzindo na América do Norte algumas manufaturas da geral acomodação do povo”. (Lisboa, apud Andrade: 59)

Para ele, o Governo somente deveria oferecer favores e privilégios para as Fábricas que fossem ligadas à agricultura, que seriam as mais convenientes para o país, como fica claro no exemplo a seguir:

“enquanto tiver muitas e férteis terras, nenhum emprego pode ser tão lucrativo como da agricultura, mineração, comércio interior e exterior, e artes mais imediata e proximamente associada aos exercícios respectivos” (Lisboa, apud Andrade: 59)

E posteriormente reafirma sua posição em relação a concorrência com as manufaturas estrangeiras e em relação as manufaturas:

“no Brasil as artes mais grosseiras se acham em grande atraso e imperfeição, e que todavia os artistas e obreiros ainda ínfimos, demandam altos salários e preços exorbitantes de suas obras. Isto prova o pouco número de braços dos que não são empregados na lavoura e outras ocupações. Aluguéis de casa, e artigos de alimentos são muito caros, como pois já será possível ter manufaturas superiores e em concorrência com os estrangeiros. Para ele, seria absurdo introduzir e multiplicar no Brasil as Fábricas semelhantes as européias, para se afetar o comércio e a indústria dos Estados estrangeiros.

Já em outra parte de seu livro, *Observações sobre a franqueza da Indústria e estabelecimento de Fábricas no Brasil*, José da Silva Lisboa reafirma sua posição em relação às manufaturas urbanas, como fica claro a seguir:

“É absurdo introduzir e multiplicar no Brasil, e prematuramente, as Fábricas de imitação na Europa, para se afetar a independência do comércio e indústria dos Estados estrangeiros. Isto é contrário a economia do Regedor do Universo, que fez os homens essencialmente sociais, constituindo por isso a todos os povos unidos e dependentes uns dos outros, pelo comércio, variando climas, produtos, localidades e circunstâncias; a fim de sustentar-se o trabalho e a geral indústria em todas as regiões, e nas direções mais produtivas e proporcionadas as vantagens privadas de cada Estado, e conseqüentemente bem se manter, e adiantar a harmonia, civilização e perfectibilidade do gênero humano. O que Deus uniu, não devem os homens separar”. (Lisboa apud Andrade: 60).

Ou seja, para Visconde de Cairu, para se manter a harmonia da economia do Regedor do Universo, o Brasil deveria exportar seus produtos agrícolas e importar manufaturados. Podemos perceber então, que na realidade, a teoria econômica de Cairu preconizava, em realidade, a confirmação do Brasil como agrário-exportador frente uma intensificação das relações da divisão territorial do trabalho desempenhada por nosso país nesse momento. Não objetivava, todavia, uma política manufatureira plena, e menos ainda uma ‘industrialização’. Isto é importante, sobretudo, quando fazemos uma distinção entre as categorias de produção de artesanato, manufatura e fábrica.

Para elaboração de uma terminologia econômica referente ao artesanato e à manufatura, utilizaremos, nessa pesquisa, principalmente os documentos da Junta do Comércio, além de outros artigos e livros que mais diretamente trataram do tema.

Nesse sentido, podemos dizer, primeiramente, que o conceito de artes mecânicas abrangia as atividades artesanais e manufatureiras e sua distinção de belas artes tendeu a diminuir no início do século XIX, quando, as artes relacionadas com os ofícios foram valorizadas e as belas artes se transformaram em artes úteis. Nesse momento, ainda não havia uma definição

exata para a palavra indústria, que em economia, em geral, significava trabalho assíduo e ativo. Como fica claro a seguir:

“Assim diz-se que é industrioso um homem que trabalha com viveza constantemente para ganhar sua vida; e se chama um preguiçoso e inerte um homem sem indústria. Porém, mais ordinariamente se aplica aquele termo ao trabalho engenhoso, que se executa com algum considerável grau de inteligência, para se distinguir do mero grosseiro trabalho braçal; e com especialidade se usa tal nome para se exprimir o trabalho exercido na arte e manufaturas mais refinados. Assim diz-se que um país tem muita indústria, quando tem muitas fábricas”. (apud Andrade: 68)

Entretanto, a partir do acirramento da competição entre os competidores dos diversos ramos de trabalho, teve a aplicação privativa e exclusiva do termo indústria, que foi:

“às mão de obra das fábricas em grande, e de objetos mais difíceis e complicados, quase perdendo-se de vista toda a soma de indústrias e inteligências necessárias a extrair e transportar os produtos rudes da terra, ou manufaturá-los para os usos mais comuns da sociedade”

Porém, dever-se-ia distinguir a indústria geral da indústria particular, visto que:

“ indústria geral exprime a atividade, constância, e porfia do trabalho de todos, os industriosos de qualquer país, seja na agricultura, seja nas artes, comércio, navegação, etc. Indústria particular é o exercício de qualquer ramo ou divisão do trabalho” (Andrade, op. cit., 68)

Aqui gostaríamos de chamar a atenção, para o fato de que, naquela época, se considerava indústria, tanto a agricultura como o comércio e as atividades artesanais e manufatureiras, um aspecto muito importante para a compreensão do sentido correto dos textos da época. Quanto á fábrica, na resposta dada pela Junta do Comércio sobre o assunto, encontramos um esclarecimento:

“Alguns economistas e escritores de boa nota, marcam a este respeito uma escala que talvez possa ter cabimento nesta questão. Chamam eles oficina o estabelecimento industrial onde um ou mais indivíduos se empregam no trabalho de qualquer arte mecânica: a fábrica, a que emprega muitas oficinas: e manufatura, o que compreende diversas fábricas; empregando esta palavra no sentido mais lato que é possível, a respeito da indústria humana” (apud Andrade: 68)

Como já mencionamos anteriormente, que a partir de 1813, só se concedesse provisão às ‘fábricas em grande’, e desde esse ano havia dificuldade de se explicitar com precisão quais eram, a Junta opinou:

“Difícil é certamente o assinalar as raias que dividem as grandes e pequenas fábricas; porque ou se considere a grandeza pelo número e variedade dos produtos, pela importância dos capitais empregados, ou pela quantidade de operários, nem sempre o nome de grande ou pequena será expressão de verdade”

“Fábricas de pouco custo, e de pequena aparência, podem, segundo os processos empregados, as máquinas usadas e os talentos de seus diretores, dar mais importantes resultados, merecer mais o nome de grandes, do que outras de aparatosa exterioridade.(...) pela utilidade real, pela importância dos melhoramentos e comodidades que trouxer ao país e a seus habitantes, é que se deve orçar a grandeza da fábrica, é no momento em que se apresentar o empresário e que der as utilidades da sua empresa, que se deve julgar”

Feitas essas explanações gerais, foi direto ao ponto, excluindo da qualificação de ‘grande’ as oficinas, e colocando as ‘fábricas’ e ‘manufaturas’ como portadoras de dados que permitiriam uma avaliação. Como pode ser compreendido a seguir:

“Isto é, variedade de produtos, número de trabalhadores, grandeza de edifícios, emprego de máquinas, aumento de cômodos, e circulação de capitais. É de certo que quanto mais oficinas reunir uma fábrica, e quanto mais fábricas abranger a manufatura, tanto maior (ou menor, no caso oposto) será sua grandeza, a sua importância, e sua utilidade.” (apud Andrade: 69)

Em uma outra ocasião, em consulta no ano de 1838, também se desejava saber o que se deveria entender por matérias-primas que serviam de base às manufaturas. Foi respondido:

“Matérias-primas são em geral os produtos da natureza, ou no seu estado primitivo, ou apenas com tal modificação e labor, que ainda não podem ser aplicadas ao uso da vida. Nesta classificação se compreendem quase todos os objetos dos três reinos da natureza, que podem nutrir as oficinas, as fábricas e as manufaturas. Alguns há por já manipulados, que podendo assim mesmo prestar-se a muitas outras fábricas, podem e devem ser considerados matérias-primas de cada um deles.”

Não se distinguia, portanto, àquela época, a matéria bruta da matéria-prima. Fazia distinção, todavia, entre manufaturas reunidas e manufaturas dispersas. As primeiras ‘exprimiam as obras da indústria fabril, feitas nas fábricas em grande; ou vastas casas de trabalho, em que se reuniam muitos artificies, trabalhadores, toda a sorte de obreiros de diferentes artes e ofícios. As manufaturas dispersas e domésticas eram as dos artistas, fabricantes, obreiros, e quaisquer pessoas industriosas, que em suas oficinas, pequenas fábricas e casa, trabalham em obras iguais.

Até aqui procuramos levantar, como pode ser percebido, a terminologia usada no período estudado. Agora, entretanto, alertamos, que entenderemos esses mesmos objetos sobre outra ótica, ou seja, através de outra distinção, que não foi a da época, entre artesanato, a manufatura e a fábrica.

Segundo Andrade (1980: 70), “ o artesanato se caracteriza pelo processo de trabalho inteiramente manual, onde o produtor é proprietário dos instrumentos de trabalho e responsável pela produção total de um objeto, sem que intervenha a divisão do trabalho”. Geralmente empregam-se poucos trabalhadores, o trabalho é feito sob encomenda e pode ser pago em dinheiro ou matéria-prima.

No Rio de Janeiro oitocentista, várias eram as atividades artesanais. Luccock (apud Andrade: 71) estimou cerca de setecentos artesãos entre carpinteiros, pedreiros e pessoal empregado em construção, achou numerosos os barbeiros, poucos os couteiros e ferreiros. Eram comuns as casas terem escravos, aos quais havia se ensinado alguma atividade artesanal, não só para prestarem serviços na família, como também para serem alugados a outras pessoas, o que não rendia muita antes da chegada da Corte.

Retomando as categorias de produção, sabemos que o artesanato se diferencia da manufatura, porque nela já há uma divisão do trabalho em consequência da necessidade do atendimento e um mercado interno mais amplo, e o processo de elaboração de um produto é decomposto numa série de operações sucessivas e parciais. Desde o momento em que há uma divisão social do trabalho, em diversas operações, criam-se especialidades, o trabalhador se torna especializado e os critérios básicos são: a destreza manual, a concentração mental e a força física, quando surgem hierarquias de força de trabalho. Essa divisão é manual e se caracteriza por um processo de cooperação, ou seja, diversos trabalhadores desenvolvem tarefas especializadas e específicas que estarão articuladas num processo global por um trabalhador coletivo, geralmente o mestre que sintetiza todas as operações, e que coordena as tarefas da manufatura.

Há, por vezes, na manufatura, o emprego de máquinas motrizes (hidráulica, vento, água etc), utilizadas de forma secundária e esporadicamente, e introduzidas em tarefas nas quais o dispêndio de força física ainda é grande por parte do trabalhador direto. A manufatura, entretanto, tende a empregar um número acentuado de trabalhadores, dezenas e até centenas..

A Fábrica, por sua vez, (apud Andrade, 1980: 72) “é a unidade de produção típica do modo de produção capitalista, caracterizando-se pelo grande emprego de maquinaria e pela dissociação do trabalhador direto dos meios de produção. Ainda há divisão do processo de trabalho numa série de operações, só que são desenvolvidos por máquinas ferramentas ou máquinas-instrumentos e o trabalhador é apenas um apêndice delas. O processo de cooperação na fábrica se caracteriza então pela transferência para as máquinas instrumentos da antiga capacidade, força e destreza do trabalhador, sem utilizar-se de uma ferramenta

Com isso, podemos perceber, que as categorias de produção artesanato e manufatura, assim como sua distinção, são importantes ferramentas para se compreender os estágios evolutivos do setor secundário da economia no Rio de Janeiro oitocentista. Sua base econômica manufatureira revela a necessidade de uma maior clareza dessas categorias para se entender a complexificação das divisões técnicas aplicadas ao trabalho nos mais diferentes gêneros de atividade.

Por isso, para Andrade (1980: 62), nesse período, “é mais aceitável usar o termo ‘política manufatureira’, pois para este autor, industrialização existirá, só quando o capital industrial subordinar o capital comercial, quando o primeiro for dominante”. Pois quando falamos em industrialização, pensamos na passagem para formas de produção baseadas na fábrica, na mecanização, pensamos no crescimento da chamada grande indústria. A fábrica é uma unidade de produção tipicamente capitalista.

Na análise de Andrade (1980: 63), encontramos que “por um lado as atividades manufatureiras se viram cercadas por esse ideário econômico. Por outro, pelas limitações do mercado interno em uma sociedade escravista, a concorrência estrangeira, a falta de uma política orientada para a produção interna”.

Com isso exposto acima, percebe-se, portanto, que a atuação da Junta do Comércio foi complexa e a orientação de suas ações refletiu os anseios dos deputados que a governaram. Estes possuíam interesses que não eram favoráveis ao desenvolvimento das manufaturas urbanas, assim como não era a estrutura econômico-social escravista.

Diversos foram os problemas pelos quais a Junta do Comércio passou. Um deles foi o fato de que grande parte de seus membros constituintes exercia outro tipo de atividade, o que comprometia o bom funcionamento do órgão, já que seus deputados pouco compareciam ao trabalho. Em determinado momento, foi ordenado pelo Ministério do Império que não fosse pago o salário dos deputados faltosos. Outro problema foi a superabundância de pessoas em relação, por exemplo, àquele que existia em Portugal. Isto criava dificuldades orçamentárias para folha de pagamentos. Outro grave problema foi que a Junta do Comércio foi estruturada para as necessidades de Portugal e, ao ser transferida para o Brasil, não se tornou igualmente eficiente. As soluções administrativas encontradas deveriam ser novas em relação a estas condições especiais presentes no espaço social brasileiro, o que não foi feito. E com diversos problemas de direção, o Ministério do Império, passou a reagir contra a Junta do Comércio.

Em um relatório do Ministro do Império, apresentado em janeiro de 1843, opinava que a Junta do Comércio, no estado em que se achava, pouco podia prestar; não haveria inconveniente em sua extinção. O exemplo a seguir mostra, dentre outras, algumas das justificativas apresentadas:

“Ela ocupa-se hoje da matrícula dos negociantes; manda passar certidões; e consulta quando lhe é ordenado (...) As justificativas dos negociantes podem ser feitas aos juizes territoriais; e as Provisões passadas na Corte pela Secretaria do Império, e nas Províncias pelos respectivos Presidentes”

O tribunal foi extinto em 1850. Sua atuação, todavia, ao longo dos 42 anos de atuação, marcou profundamente o ‘azimute’ a ser seguido pela incipiente política manufatureira no país. Após a derrogação do Alvará de 1785, que proibia o estabelecimento de manufaturas na colônia, as oficinas, manufaturas e até mesmo algumas fabriquetas, estatais e privadas, cresceram na cidade do Rio de Janeiro oitocentista. A ‘fuga’ da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro, a criação da Junta do Comércio permitindo o estabelecimento de manufaturas na cidade, a Abertura dos Portos as Nações Amigas, dentre outros eventos, fizeram crescer significativamente a produção de mercadorias no Rio de Janeiro pré-industrial.

Multiplicaram-se os produtos para atender a uma demanda de pessoas cada vez maior e mais seletiva. Estas oficinas de artesanatos e manufaturas nos oferecem, então, a possibilidade de estudar a estrutura territorial da manufatura urbana carioca oitocentista, em seu momento germinal. E é na busca dessa organização espacial da manufatura urbana carioca oitocentista que, acreditamos, seja a maior força da contribuição de nosso trabalho. A seguir, iluminamos nossos procedimentos metodológicos para depois iniciarmos nossas análises.

PARTE 2 – ESTUDO DE CASO

4 - A DINÂMICA ESPACIAL DE ALGUNS GÊNEROS DE MANUFATURAS NO RIO DE JANEIRO OITOCENTISTA

Este capítulo está dividido em três seções. Primeiro, tratamos os procedimentos operacionais que permitiram nossa elaboração cartográfica. Posteriormente, cada mapa é apresentado e discutido individualmente; e por fim; buscaremos uma análise conjunta (sincrônico-diacrônica) dos três mapas.

4.1- Procedimentos Metodológicos:

Nossa primeira etapa consistiu em um cuidadoso levantamento bibliográfico sobre o período histórico abordado. Para esta primeira etapa, foram necessárias consultas em arquivos e bibliotecas da cidade, por exemplo: a biblioteca do Programa de Pós-Graduação de Geografia – PPGG, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e a possibilidade de utilização de uma ampla base de dados coletada pelo Núcleo de Pesquisas de Geografia Histórica - UFRJ. Destacam-se da base de dados coletada pela referida linha de pesquisa, sobretudo para o presente estudo, os mapas históricos do acervo adquirido, assim como a possibilidade de acompanhamento dos jornais da época.

A segunda etapa consistiu, após aquisição do material teórico pertinente, em fazer o mapeamento espacial das localizações precisas onde se encontravam os artesanatos e manufaturas que foram listados no Almanak Laemmert, nos específicos anos de 1845, 1865 e 1885.

Os gêneros de manufatura selecionados foram: a) Chapéus; b) Charuto e Rapé; c) Sabão e Velas d) Marceneiros e) Carpinteiros f) Ferreiros e Serralheiros. Os seis gêneros manufatureiros selecionados se justificam porque estes eram de grande importância para a sociedade da época. Além disso, os gêneros se diferenciam porque possuíam diferentes complexidades produtivas no acabamento final do produto. Do artesanato, representado empiricamente pelo gênero de Charuto e Rapé, o qual não possuía divisão técnica do

trabalho, à manufatura, representada empiricamente pelo gênero manufatureiro de Chapéus, que já dependia de maior interdependência na divisão técnica do trabalho, assim como, maior integração setorial entre as diferentes etapas do processo produtivo. Portanto, buscase a localização espacial de seis diferentes gêneros de manufatura, em três momentos distintos do tempo, os quais possuem diferentes complexidades produtivas. O objetivo é a percepção do movimento, ou seja, da dinâmica espacial destes gêneros através do tempo e a relação dos diferentes padrões de localização, com os interesses e estratégias dos agentes envolvidos no ordenamento do espaço urbano carioca no século XIX.

Os anos de 1845, 1865 e 1885 se justificam pela existência de informações fornecidas pelo Almanak Laemmert¹² (Figura 3), disponibilizado na Internet para o período de 1844-1889, portanto, o ano de 1845 foi a possibilidade mais remota que tivemos de resgatar essas localizações no passado e, a partir desse ano, optamos por estabelecer intervalos de vinte anos entre os recortes sincrônicos permitindo uma escala temporal de visualização do fenômeno de 40 anos. A figura 4 apresenta como eram encontradas essas informações no referido Almanak.

Ademais, o período de vinte anos como intervalo temporal entre os recortes sincrônicos, permitindo a perspectiva sincrônico-diacrônica, oferece uma rica possibilidade de análise para comparação dos diferentes padrões espaciais dos gêneros manufatureiros selecionados. O ano de 1885 é justificado para encerrar nossa análise no período oitocentista denominado por ANDRADE e OLIVEIRA de “pré-industrial”. Acreditamos também, ademais, que outro recorte sincrônico de mesmo intervalo temporal ignoraria completamente importantes rupturas na base política, econômica e social do país, advindas com o fim do escravidão (1888) e; o fim do período Imperial e início da República (1889).

¹² . O Almanak Laemmert foi um importantíssimo livro de registros Administrativo, Mercantil e Industrial, produzido entre os anos de 1844-1905 na cidade do Rio de Janeiro. Seu objetivo era informar à população todo o conjunto de atividades existentes na cidade, dentre as quais a Administração Pública, o Comércio e as Indústrias, assim como, a localização precisa destas atividades. Essa fonte de informações vem progressivamente sendo disponibilizada na Internet através do esforço do Center of Research Libraries, da Universidade de Chicago, através do projeto denominado Brazilian Government Document Digitalization. Atualmente, já se encontram disponibilizadas *online* todas as informações referentes ao período de 1844-1889. Tendo sido o Almanak Laemmert publicado anualmente, temos com esta fonte de dados a possibilidade de visualização do fenômeno em três estruturas sincrônicas e que, por sua vez, permitem a visualização sob a perspectiva sincrônico-diacrônica.

Para o mapeamento da distribuição espacial foram utilizadas as seguintes bases cartográficas: a) Planta da Cidade do Rio de Janeiro e subúrbios, circa 1890. (Figura 5); b) Planta cadastral elaborada por Edward Gotto, 1866 (Figura 6). A escolha desta Planta da Cidade nos permitiu visualizar a grande parte dos estabelecimentos mapeados. Entretanto, por não abranger toda a cidade nesse momento, algumas localizações não foram obtidas. Poderíamos ter solucionado este problema com a utilização de outra base cartográfica, porém, fazendo isso, mudaríamos a escala do fenômeno. Optamos, portanto, por utilizar apenas esta base cartográfica porque já estava digitalizada anteriormente.

Os dados obtidos foram informatizados com a utilização de diferentes softwares, a saber: Arc View 3.2; Corel Photo Paint; Microsoft Excel, Corel Draw, Access, dentre outros. Destaco, porém, que anteriormente à informatização dos dados, foi feito todo um trabalho manual na produção dos mapas. Através da organização dos dados chegamos a uma série de tabelas contendo as ruas e os números onde se localizavam as manufaturas de nossos gêneros selecionados. (Anexo 1). A figura 7 apresenta como as informações o mapeamento foi operacionalizado.

A terceira e última etapa consistiu na análise dos resultados obtidos. Com esta etapa, procurou-se fazer a aproximação do teórico com o empírico. A análise revelou-se importante para o entendimento da dimensão espacial da pré-indústria do Rio de Janeiro oitocentista, assim como da atuação de alguns importantes agentes sociais responsáveis pela estruturação e ordenamento do espaço urbano carioca nesse período e seu respectivo processo de organização interna.

Tendo em vista a mudança na numeração da cidade que ocorre na década de 1870, para o recorte de 1885 foi necessário ainda um trabalho de equivalência entre os números, possibilitada pela consulta ao livro "Nova numeração dos prédios da Cidade do Rio de Janeiro" (Cavalvanti, 1878). Chegamos, então, aos mapas finais do trabalho, conforme será apresentado adiante.



Brazilian Government Document Digitization Project

Almanak Laemmert (1844-1889)

<u>1844</u>	<u>1854</u>	<u>1864</u>	<u>1874</u>	<u>1884</u>
<u>1845</u>	<u>1855</u>	<u>1865</u>	<u>1875</u>	<u>1885</u>
<u>1846</u>	<u>1856</u>	<u>1866</u>	<u>1876</u>	<u>1886</u>
<u>1847</u>	<u>1857</u>	<u>1867</u>	<u>1877</u>	<u>1887</u>
<u>1848</u>	<u>1858</u>	<u>1868</u>	<u>1878</u>	<u>1888</u>
<u>1849</u>	<u>1859</u>	<u>1869</u>	<u>1879</u>	<u>1889</u>
<u>1850</u>	<u>1860</u>	<u>1870</u>	<u>1880</u>	

Figura 3 – Versão digitalizada do Almanak Laemmert utilizada para os recortes sincrônicos de 1845, 1865, 1885

Fabricas de primeira ordem de Chapéos finos de seda, castor e lebre, de todas as qualidades. [689

CASTRO & VIANNA

RUA DE S. PEDRO, 122.

Têm sempre um grande sortimento de chapéos de lebre, de todas as qualidades, patentes, castores, assim como de palha de todas as qualidades, e do Chile, que vendem por porção e a varejo, por preços moderados.

- Antonio Alves de Souza, r. dos Pescadores, 80 A.
 Antonio José Corrêa Brigada, r. de S. Pedro, 178.
 Avelino Coelho da Costa & C., r. da Quitanda, 128.
 Barcellos & Vianna, @ 3, r. dos Ourives, 219.
 Bernardes & Raythe, r. de S. Pedro, 51.
 Braga, Costa & C., r. de S. Pedro, 176.
 Caetano Gomes de Faria, r. de S. Pedro, 206.
 Carvalho Pinto Paiva & C., r. da Quitanda, 195 A.
 Costa, Braga & C., @ 2 e 3, r. de S. Pedro, 52.
 Faria, Soares & Fonseca, r. do Hospicio, 56.
 Fortuné Segond & Maçon, r. de S. Pedro, 40, e r. da Quitanda, 182.
 Francisco José Brochado, praça da Constituição, 36.
 Gonçalves & Braga, l. de Santa Rita, 24.
 Graff, r. d'Ouvidor, 99.
 João de Lemos Pinheiro, @ 3, fabrica r. da Imperatriz, 69, deposito r. da Quitanda, 126. (Por atacado e a varejo.)
 José Araujo Motta, r. do Sabão, 58 e 61.
 José Fernandes Braga, r. de S. Pedro, 190.
 José Fernandes de Campos Arcos, r. de S. Pedro, 132.
 José Maria Pereira de Castro, r. de S. José, 74.
 Lemos, Filho & Bressan, r. da Quitanda.
 Machado & Dias Abreu, r. das Violas, 47.
 Pereira de Castro & Irmãos, @ 2, r. de S. Pedro, 120.
 Roberto Augusto d'Almeida, @ 2, r. dos Ourives, 205 (de lebre de todas as qualidades para homem e senhora). Premiado na Exposição de Londres.
 Victorino José Gomes & C., @ 2, e premiado na exposição de Londres em 1862, r. de S. Pedro, 126; deposito, r. da Candelária, 26.

Figura 4 – Exemplo de como eram encontradas as informações no Almanak Laemmert. Aqui, para efeito de exemplo, as fábricas de chapéus no ano de 1865. Essas informações foram organizadas para todos os gêneros manufatureiros em tabelas (18) para o posterior mapeamento (Ver anexo 1).

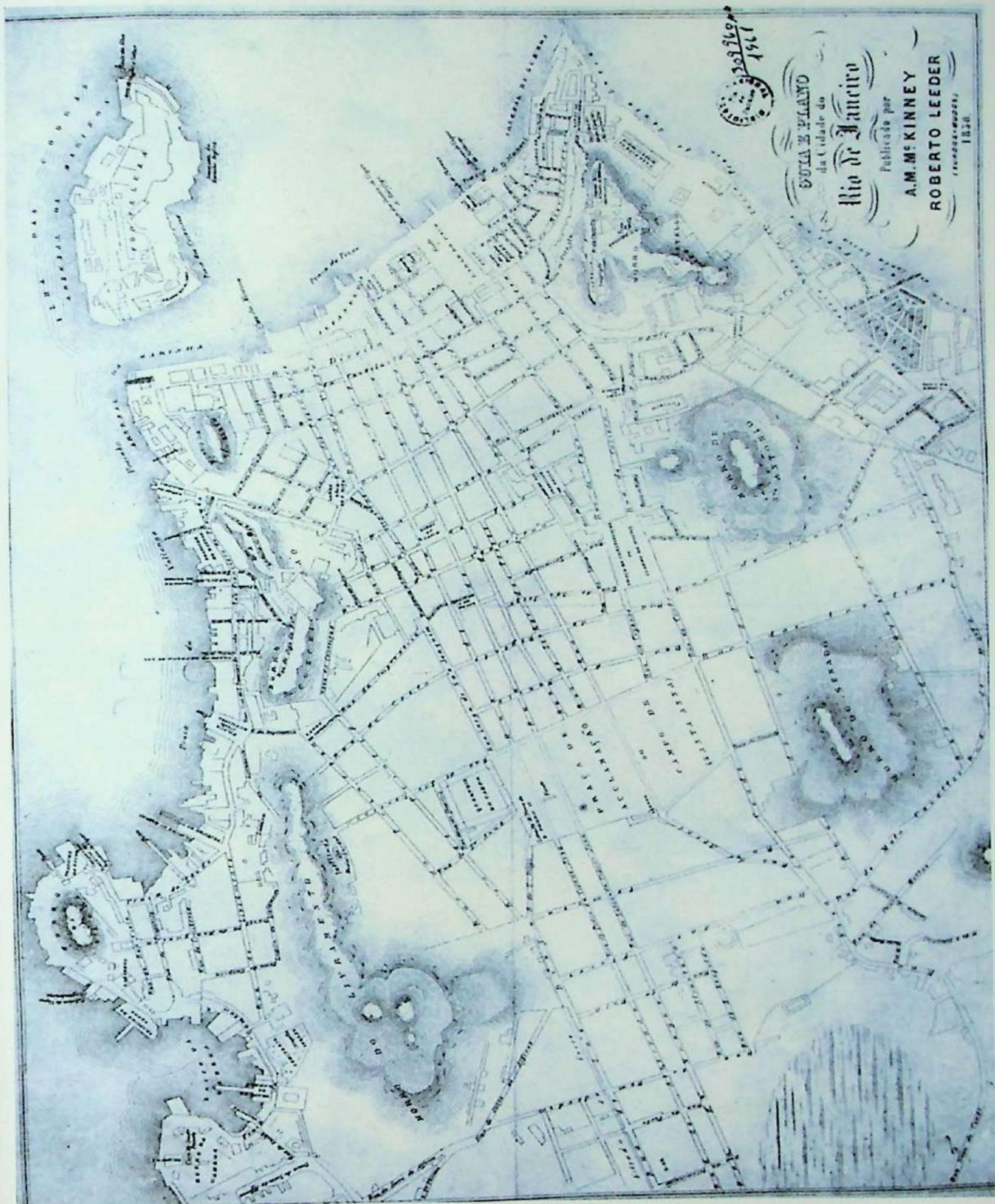


Figura 5 – Mapa da cidade do Rio de Janeiro em 1858 produzido por Roberto Leeder

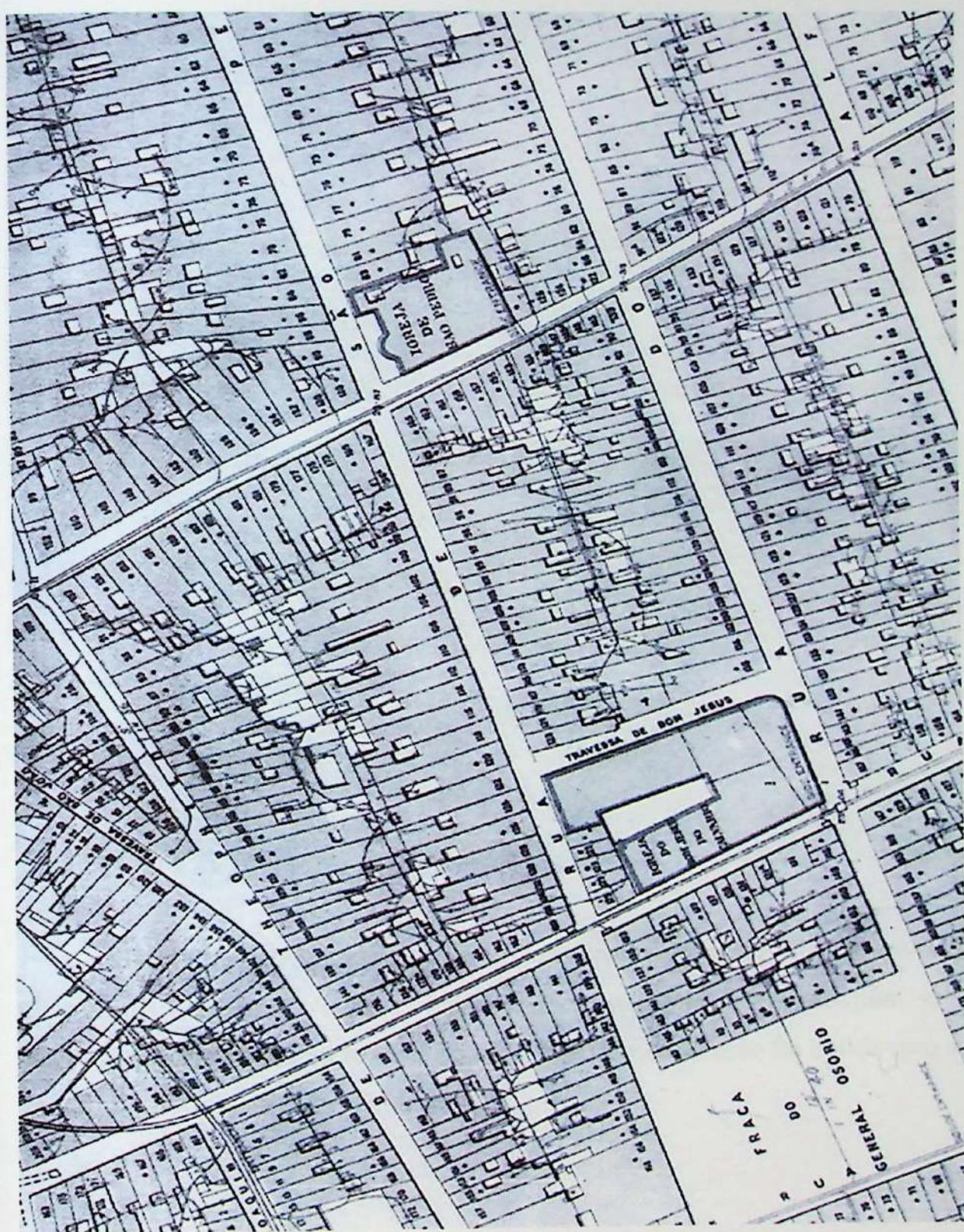


Figura 6 – Planta Cadastral elaborada por Edward Gotto, em 1866, com a numeração dos imóveis para a Companhia Rio de City Improventes. Esta planta nos permitiu localização precisas para o mapeamento espacial.



Figura 7 – Exemplo ilustrativo demonstrando como foi possível realizar o mapeamento espacial. As setas indicam o ordenamento necessário para se obter esta possibilidade de visualização. Esta possibilidade de visualização foi obtida com a utilização do software ArcView 3.2.

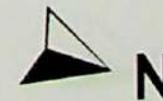
Mapa 1 - Estrutura Espacial das manufaturas de Chapéus - 1845



Legenda:

● Oficinas e Manufaturas de Chapéus

Escala aproximada
0 200



Fontes: Planta da Cidade do Rio de Janeiro e subúrbios, *circa* 1890 / Almanak Laemmert, 1845

Mapa 2 - Estrutura Espacial das Manufaturas de Chapéus - 1865



Legenda:

● Manufaturas de Chapéus

Escala aproximada
0 200



Fontes: Planta da Cidade do Rio de Janeiro e subúrbios, *circa* 1890 / Almanak Laemmert, 1865

Mapa 3 - Estrutura Espacial das manufaturas de Chapéus - 1885



Legenda:

● Manufaturas de Chapéus em 1885

Escala aproximada
0 200



Fontes: Planta da Cidade do Rio de Janeiro e subúrbios, *circa* 1890 / Almanak Laemmert, 1885

Mapa 4 - Estrutura Espacial das oficinas de Sabão e Velas - 1845



Legenda:

● Sabão e Velas

Escala aproximada

0 200



Fontes: Planta da Cidade do Rio de Janeiro e subúrbios, *circa* 1890 / Almanak Laemmert, 1845

Mapa 5 - Estrutura Espacial das oficinas de Sabão e Velas - 1865



Legenda:

● Oficinas de Sabão e Velas

escala aproximada
0 200



Fontes: Planta da Cidade do Rio de Janeiro e subúrbios, *circa* 1890 / Almanak Laemmert, 1865

Mapa 6 - Estrutura Espacial das oficinas de Sabão e Velas - 1885



Legenda:

● Oficinas de Sabão e Velas

escala aproximada
0 208



Fontes: Planta da Cidade do Rio de Janeiro e subúrbios, *circa* 1890 / Almanak Laemmert, 1885

Mapa 7 - Estrutura Territorial das oficinas de Charuto e Rapé - 1845



Fontes: Planta da Cidade do Rio de Janeiro e subúrbios, *circa* 1890 / Almanak Laemmert, 1845

Mapa 8 - Estrutura Espacial das oficinas de Charuto e Rapé em 1865



Fontes: Planta da Cidade do Rio de Janeiro e subúrbios, *circa* 1890 / Almanak Laemmert, 1865

Mapa 9 - Estrutura Territorial das oficinas de Charuto e Rapé - 1885



Fontes: Planta da Cidade do Rio de Janeiro e subúrbios, *circa* 1890 / Almanak Laemmert, 1885

Mapa 10 - Estrutura Territorial das Oficinas de Carpinteiros-1845



Legenda:

● Oficinas de Carpinteiros

Escala aproximada
0 200



Fontes: Planta da Cidade do Rio de Janeiro e subúrbios, *circa* 1890

Mapa 11 - Estrutura Territorial das Oficinas de Carpinteiros em 1865



Fontes: Planta da Cidade do Rio de Janeiro e subúrbios, *circa* 1890 / Almanak Laemmert, 1865

Mapa 12 - Estrutura Territorial das Oficinas de Carpinteiros em 1885



Fontes: Planta da Cidade do Rio de Janeiro e subúrbios, *circa* 1890 / Almanak Laemmert, 1885

Mapa 13 - Estrutura Territorial das Oficinas de Ferreiros e Serralheiros -1845



Legenda:

- Oficinas de Ferreiros e Serralheiros

Escala aproximada
0 200



Fontes: Planta da Cidade do Rio de Janeiro e subúrbios, *circa* 1890 / Almanak Laemmert, 1845

Mapa 14 - Estrutura Territorial das Oficinas de Ferreiros e Serralheiros -1865



Legenda:

- Oficinas de Ferreiros e Serralheiros

Escala: aproximada
0 200m



Fontes: Planta da Cidade do Rio de Janeiro e subúrbios, *circa* 1890 / Almanak Laemmert, 1865

Mapa 15 - Estrutura Territorial das Oficinas de Ferreiros e Serralheiros -1885



Legenda:

- Oficinas de Ferreiros e Serralheiros

Escala aproximada
0 200



Fontes: Planta da Cidade do Rio de Janeiro e subúrbios, *circa* 1890 / Almanak Laemmert, 1885

Mapa 16 - Estrutura Territorial das Oficinas de Marcenaria em 1845



Legenda:



Escala aproximada
0 200



Fontes: Planta da Cidade do Rio de Janeiro e subúrbios, *circa* 1890 / Almanak Laemmert, 1845

Mapa 17 - Estrutura Territorial das Oficinas de Marcenaria em 1865



Fontes: Planta da Cidade do Rio de Janeiro e subúrbios, *circa* 1890 / Almanak Laemmert, 1865

Mapa 18 - Estrutura Territorial das Oficinas de Marcenaria em 1885



Fontes: Planta da Cidade do Rio de Janeiro e subúrbios, *circa* 1890 / Almanak Laemmert, 1885

V – ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 – Análise individualizada dos mapas

5.1.1 – O ano de 1845

Para o ano de 1845, incluindo todos os gêneros selecionados, foram encontrados 169 estabelecimentos. Foram encontradas 40 oficinas e manufaturas de chapéus, 31 de Sabão e Velas, 28 oficinas de Charuto e Rapé, 18 oficinas de carpinteiros, 32 oficinas de marceneiros, 20 oficinas de ferreiros e serralheiros. Podemos inferir, após o mapeamento, que existe uma ordem na configuração da distribuição espacial destas atividades sobre o espaço. Seus ritmos de crescimento e sentido de difusão espacial devem ser observados para cada caso. Todos eles, em comum, são afetados por fatores de escassez de uma economia de base pré-industrial.

Quanto às oficinas e manufaturas de chapéus, uma concentração mais significativa, por magnitude, na escala da rua, parece ocorrer na Rua de São Pedro onde 16 dos 40 estabelecimentos totais desse gênero são encontrados. Já para as oficinas de marceneiros, duas concentrações mais significativas aparecem. A primeira na Rua da alfândega, com 12 dos 32 estabelecimentos. E a segunda, na Rua d'ajuda, com 10 das 32 oficinas.

O padrão espacial das oficinas de Carpinteiros apresentou sua maior concentração, também por magnitude na escala da rua, na Rua das Violas, onde 6 das 17 oficinas foram encontradas. Já na Rua da Misericórdia, foram encontrados 4 dos 17 estabelecimentos totais. Já o gênero de Charuto e Rapé, apresentou uma maior concentração por magnitude na Rua Direita, onde 6 dos 26 estabelecimentos totais foram encontrados. O gênero de Ferreiros e Serralheiros apresentou concentração por magnitude mais significativa em duas ruas. Na Rua das Violas, com 4 dos 20 estabelecimentos totais, e na Rua da Imperatriz, também com 4 com 20 estabelecimentos. O gênero de sabão e velas não apresenta, inicialmente, concentração por magnitude em nenhuma rua.

Uma outra leitura será feita agora para adicionar os resultados de concentração por magnitude à contribuição da organização espacial da manufatura no Rio de Janeiro oitocentista.

Primeiramente quanto ao gênero manufatureiro de Chapéus, percebemos que há uma tendência à concentração desses estabelecimentos entre os quarteirões da Rua de São Pedro e da Rua do Sabão, ao lado direito do Largo do Capim. Pontuamos acima que 40 % dos estabelecimentos de oficinas e manufaturas de chapéus estavam, por magnitude na escala da rua, concentrados na rua de S. Pedro. Em uma outra escala de visualização, agora do quarteirão, percebemos que essa concentração ganha novos contornos. Dos 16 estabelecimentos encontrados na rua, podemos perceber que 8, ou seja – 50%, estão situados no quarteirão do Largo do Capim Ver área em destaque do mapa 19. Tudo nos leva a crer, então, que o processo de coesão espacial possa estar ocorrendo para essa atividade.

Para o gênero de Sabão e Velas e o gênero de Charuto e Rapé não conseguimos perceber, a princípio, regularidades espaciais possíveis enquanto padrão de concentração na escala espacial do quarteirão no recorte sincrônico de 1845. As oficinas de Ferreiros e Serralheiros, embora apresentem uma relativa concentração na escala da rua (Violas e Imperatriz), também não apresentam significativa concentração na escala do quarteirão no ano de 1845.

Para as oficinas de Carpinteiros, percebemos que das 17 oficinas encontradas, 6 estavam concentradas por magnitude na Rua das Violas. Na escala do quarteirão, entretanto, podemos perceber que essas oficinas reforçam sua concentração pela visualização de seu padrão espacial. Ver área em destaque do mapa 20.

Para as oficinas de Marceneiros, podemos perceber que, das 32 oficinas encontradas em 1845, elas apresentaram duas concentrações principais. A primeira na Rua d'ajuda e a segunda na Rua da Alfândega. Quando visualizamos essa concentração por quarteirão, entretanto, é possível perceber uma mudança qualitativa na distribuição espacial dessa atividade.

Para este primeiro recorte sincrônico, observando todos os gêneros selecionados nos mapas, assim como, o endereço destes contidos nas tabelas, podemos perceber que estas atividades ainda estão localizadas na área urbana da cidade, que se estendia até o Campo de Santana na segunda metade do século XIX.

Podemos perceber também, que a escala tem papel crucial na observação dos padrões de concentração das atividades sobre o espaço. Aqui, tentamos mostrar que se pode enriquecer o fenômeno da localização espacial das manufaturas urbanas no Rio de Janeiro oitocentista se observamos sua concentração na escala da rua, ou do quarteirão. As concentrações e desconcentrações destas atividades, enquanto resultados estatísticos absolutos e relativos devem ser mapeados e observados para cada caso específico. O mapeamento de outros gêneros manufatureiros e seu consumo de espaço é uma tarefa necessária para o desvendamento deste passado manufatureiro na cidade. Assim também, acreditamos, poderemos estabelecer comparações mais profundas sobre esta atividade.

5.1.3 – O ano de 1865

Para o ano de 1865, incluindo todos os gêneros selecionados, foram encontrados 459 estabelecimentos. Foram encontrados 110 manufaturas de chapéus, 52 de Sabão e Velas, 64 oficinas de Charuto e Rapé, 70 oficinas de carpinteiros, 111 oficinas de marceneiros, 67 oficinas de Ferreiros e Serralheiros.

Para as manufaturas de chapéus, em 1865, a concentração mais significativa por magnitude, na escala da rua, aparece novamente na Rua de São Pedro, com aproximadamente 30 % desses estabelecimentos. Na Rua da Quitanda também aparece uma significativa concentração, com aproximadamente 10% dos estabelecimentos. Outras pequenas concentrações também aparecem em outras ruas.

Já para o gênero de Sabão e Velas, uma mudança aparece. Enquanto no ano de 1845 não houve concentração dessa atividade, no ano de 1865 esta surge na Rua do Aterrado, com 13 oficinas do total de 52 encontradas. A outra relativa concentração que emerge, está na Praia do Saco dos Alferes, onde encontram-se 10% dos estabelecimentos totais.

Isso pode ser explicado por uma postura da municipalidade que, a partir da década de 1850, progressivamente adotou medidas para combater os usos do solo causadores de 'externalidades negativas' e, com isso, iniciou um lento e gradual processo de separação dos usos e classes sociais no espaço. A figura 8 retrata, com uma charge, este momento em que as oficinas de sabão e velas foram proibidas de permanecerem no atual centro histórico

Já para as oficinas de Ferreiros e Serralheiros, suas maiores concentrações por magnitude, na escala da rua, foram encontradas na Rua das Violas, com 8 oficinas, das 67 encontradas no Almanak Laemmert, e na Rua da Saúde, com aproximadamente 10 % dos estabelecimentos totais registrados.

Para as oficinas de marcenaria, no ano de 1865, suas concentrações por magnitude, na escala da rua, apresentam, sobretudo, duas concentrações principais. A primeira, situada na Rua d'Alfândega com aproximadamente 15 % das oficinas encontradas. E a segunda na Rua da Ajuda, com aproximadamente 10% dos estabelecimentos totais encontrados.

Novamente buscando inferir sobre uma nova possibilidade, a partir dos recursos disponíveis, de uma visualização da concentração da estrutura territorial da manufatura carioca oitocentista a partir da escala do quarteirão, o ano de 1865 sugere interessantes observações.

Pontuamos inicialmente, que para o ano de 1845, 40 % do total das oficinas e manufaturas de chapéus estavam localizadas na Rua de São Pedro. Para o ano de 1865, essa concentração, por magnitude na escala da rua se reduz para 30%. Se visualizarmos sua concentração no ano de 1865, na escala do quarteirão, alguns comentários tornam-se possíveis. O primeiro é que a concentração em torno da área em torno do Largo do Capim é reforçada. Na Rua da Quitada, na escala do quarteirão, dos 9 estabelecimentos encontrados, 50 % situam-se relativamente próximos.

Para o gênero de Sabão e Velas, que mencionamos ter 13 estabelecimentos na Rua do Aterrado, é possível perceber pelo Mapa que todos eles estão concentrados próximos ao antigo limite urbano da cidade. Já para as oficinas de Ferreiros e Serralheiros que possuíam em 1865, na Rua das Violas e na Rua da Saúde suas maiores concentrações, na escala da rua, percebem-se como essas atividades estavam realmente próximas. Isso não nos leva a falar, entretanto, em um zoneamento de classe.

Para as lojas e oficinas de marcenaria, para qual encontramos na Rua d' ajuda e na Rua da Alfândega, suas maiores concentrações por magnitude na escala da rua, podemos perceber, na escala do quarteirão, que a visualização do fenômeno ganha novas dimensões. Existe nitidamente uma seção do quarteirão da Rua d' Alfândega que concentra grande parte desses estabelecimentos. Na Rua d' ajuda, também é possível perceber, na escala do quarteirão, uma tendência a concentração.

Uma análise integrada dos mapas no ano de 1865 nos permite algumas observações sobre a localização espacial destas atividades. Enquanto no primeiro ano, todas elas se concentravam em sua grande maioria no antigo núcleo da cidade, com raras exceções, no ano de 1865 percebemos que ainda que o crescimento absoluto destas unidades no antigo núcleo urbano da cidade seja grande, novas localizações surgem fora do antigo núcleo da cidade, ainda que com crescimento relativo menor que o antigo núcleo. A cidade, nesse momento, está crescendo por dois vetores principais (Abreu 2006: 43), e estas atividades estão concomitantemente acompanhando essa evolução urbana da cidade.

Nº 41. PUBLICA SE NOS DOMINGOS ANNO 1º

MOSQUITO

JORNAL DE SATIRA E CRITICA
CORTA PROVINCIA

1º ANNO
SEIS MESES
2000

2º ANNO
SEIS MESES
11000

3º ANNO
SEIS MESES
20000

4.5 RUA DOS OURIVES. 5.



Figura 8 – Iconografia representando a ordem dada pela Câmara Municipal proibindo as atividades de Sabão e Velas de permanecerem no antigo núcleo da cidade.

Fonte: Revista O Mosquito. Ano 1. Nº 41

5.1.4 – O ano de 1885

Para o ano de 1885, incluindo todos os gêneros selecionados, foram encontrados 511 estabelecimentos. Foram encontrados, para o ano de 1885, 122 manufaturas de chapéus, 62 oficinas de Sabão e Velas, 98 oficinas de Charuto e Rapé, 60 oficinas de carpinteiros, 77 oficinas de marceneiros, 92 oficinas de Ferreiros e Serralheiros.

Quanto as manufaturas de chapéus, no ano de 1885, uma concentração por magnitude ainda aparece na Rua de São Pedro, onde 24 dos 122 estabelecimentos totais são encontrados. Ou seja, aproximadamente 20 % dessa atividade estavam concentradas nessa rua. Mas o ritmo dessa concentração reduziu, se comparamos com o ano de 1865, quando 30% das estabelecimentos estavam na Rua de São Pedro. Outras relativas concentrações, na escala da rua, também aparecem. Na Rua da Quintada, por exemplo, são encontrados aproximadamente 15 % dos estabelecimentos totais do gênero de chapéus. Já o gênero de Sabão e Velas, por sua vez, apresenta relativa concentração na Rua de São Pedro, com aproximadamente 15 % desses estabelecimentos. Sua estrutura espacial se apresenta como difusa e com poucas manifestações de regularidades espaciais. As oficinas de Marcenaria, no ano de 1885, apresentam um padrão de concentração por magnitude que deve ser melhor observado. Sua principal concentração é na Rua d'Alfândega com 9 dos 107 estabelecimentos totais encontrados. Outra relativa concentração, aparece na Rua de São Pedro com aproximadamente 5% dos estabelecimentos. Já as oficinas de Ferreiros e Serralheiros apresentam uma tendência a concentração, sobretudo, na Rua da Saúde com 9 dos 81 estabelecimentos.

VI – Considerações Finais

Este trabalho pretendeu resgatar um importante fenômeno ocorrido na cidade do Rio de Janeiro durante o século XIX. Autores de diferentes ciências vêm buscando uma melhor compreensão do momento germinal da política manufatureira estabelecida na cidade, a partir da vinda da Corte Portuguesa e com a criação, no Brasil, Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas, Navegação e Domínios Ultramarinos. Entretanto, nossas lacunas de conhecimento deste processo ainda são grandes e muito trabalho deve ser feito.

Quanto ao modelo teórico adotado para o entendimento da estrutura espacial da cidade do Rio de Janeiro oitocentista, ou seja, o modelo teórico de 'cidade pré-industrial' de Gideon Sjoberg, pensamos: (1) o modelo funcionou apenas como um 'tipo-ideal', visto que profundas singularidades históricas afastam o Rio de Janeiro oitocentista da perfectibilidade do funcionamento de seu modelo. Ou seja, o modelo nos foi importante, mas nos ajudou apenas indiretamente na compreensão desta estrutura territorial. (2). Ainda que este seja um estudo incipiente, é importante também se verificar as principais divergências que podem ser operadas em relação ao modelo. Mais isso demanda mais profundidade de estudo.

Quanto ao processo de implementação de uma política manufatureira na cidade durante o século XIX, acreditamos que este deve ser compreendido em um contexto mais amplo, em que na cidade do Rio de Janeiro a concretização de ações que se manifestavam em diferentes escalas da geopolítica global no século XIX. A análise de Rômulo Garcia de Andrade, nesse sentido, nos foi reveladora das intenções do corpo social presente na Junta do Comércio de resguardar ao país uma posição de dependência das manufaturas urbanas em relação ao campo.

As manufaturas urbanas sofreram, de fato, severas dificuldades para seu desenvolvimento na cidade do Rio oitocentista. Mas elas existiram, e precisam agora ser mais bem estudada para o entendimento de uma parcela da totalidade social construída no Rio de Janeiro pré-industrial. Pretendemos fazer isso, como mencionamos, contribuindo com a dimensão espacial da localização dessas manufaturas urbanas.

Particularmente quanto a dimensão espacial do fenômeno, ou seja, a dinâmica espacial de manufaturas no Rio de Janeiro oitocentista, acreditamos que está se mostrou reveladora de uma novas possibilidade para compreensão da estrutura territorial da manufatura. Nesse sentido, nossas bases cartográficas utilizadas e os procedimentos metodológicos percorridos nos permitiram ter uma boa precisão dessas localizações. A conformação, ou não, de seus padrões espaciais, sob visualização sincrônico-diacrônica, nos permitiu fazer inferências sobre essas localizações e os principais agentes modeladores do espaço urbano que atuaram sobre isso.

O desvendamento do real sentido de seus processos espaciais, deve surgir da progressão sistemática de nosso mapeamento dessa estrutura territorial através do tempo. Sem índices comparativos iniciais, nossas apropriações territoriais da manufatura carioca oitocentista ainda não tem maiores fundos comparativos. O processo de Coesão espacial, por sua vez, precisa ser mais bem clarificado em sua escala de apropriação. Certamente, coesões, centralizações e descentralizações podem ser enriquecidas às nossas análises sob o artifício do uso escalar. Aqui, como vimos, existem diferenças quando analisamos na escala da rua, ou quando, a analisamos na escala do quarteirão.

Podemos inferir, que observando o crescimento absoluto de todos os gêneros entre os três recortes, ocorre um processo de centralização dessas atividades nas freguesias centrais. Essa centralização também apresenta tendências a coesão para alguns gêneros manufatureiros, como mencionamos na análise dos resultados, pela magnitude na escala da rua e pela concentração nos quarteirões. Em realidade, cada gênero apresenta um ritmo próprio e que conduz a movimentos de coesão, centralização e descentralizações que devem ser investigados para cada caso.

Mais isso, de fato, engrandece nosso argumento maior. E este é que a partir da visualização da disposição física das oficinas de artesanatos e manufaturas no Rio de Janeiro oitocentista no território, conformando padrões espaciais, em suas diversas escalas, podemos, certamente, fortalecer nossa compreensão do que foi esse espaço carioca manufatureiro do passado.

Quanto a nosso estudo de caso propriamente dito, concluímos de que, diferentemente do período colonial, quando algumas áreas especializadas foram criadas por ordenamentos do Estado (ourives, usos 'sujos' etc), a localização da estrutura territorial dessas manufaturas já começa apresentar lógicas próprias de localização. Precisam ser, todas elas, melhor compreendidas em sua evolução, ritmos e tendências.

Para finalizar, portanto, acredito que a política manufatureira implementada em um Rio de Janeiro ainda pré-industrial seja um importante fenômeno para compreensão de muitas questões referentes ao entendimento de diferentes processos ocorridos na cidade. A maior virtude desta pesquisa, entretanto, foi iniciar os caminhos de uma 'trilha virgem' nesse processo.

Bibliografia

- ABBOT, Walter F. (1978). Social Area Analysis in Comparative Perspective: Moscow in 1897 as a Preindustrial City. In: The Sociological Quarterly, Vol 19, Issue 1, Pag 24, January 1978).
- ANDRADE, Rômulo Garcia de (1980). Burocracia e economia na primeira metade do século XIX (A Junta do Comércio e as atividades artesanais e manufatureiras na cidade do Rio de Janeiro: 1808-1850). Niterói: UFF, Programa de Pós-Graduação em História, dissertação de mestrado.
- ABREU, Maurício de Almeida (2006 [1987]). Evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Jorge Zahar, 4 °.ed.
- _____. (1996). Le Rio de Janeiro du début du dix-neuvième siècle et ses différentes temporalités”. In: Bulletin de l’Association de Géographes Français, 73. Paris, pp. 30-38.
- _____. (1996). Pensando a cidade no Brasil do passado. In: Castro, Iná Elias de et al. (Orgs). Brasil: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, pp 145-184.
- _____. (2000). “Construindo uma Geografia do Passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII”. Geosp, 7.
- _____. (1998). “Sobre a memória das cidades”. Revista da Faculdade de Letras – Geografia, série I, Vol. XIV, Porto, 1998, pp 77-97.
- _____. (1997b). A apropriação do território no Brasil colonial. In: Castro, Iná Elias, Gomes Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.) Explorações Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 197-245.

- BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. (1959). Evolução da paisagem urbana do Rio de Janeiro até o início do século XX. Boletim Carioca de Geografia, 12: 1 e 2, pp 1-23.
- BICALHO, Maria Fernanda (2003). A cidade e o Império: O Rio de Janeiro no século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 420p.
- BRAUDEL, Fernand (1985). Civilização Material, Economia e Capitalismo. T2. (Os jogos das trocas). Trad. Portuguesa. Lisboa, Cosmos, 1985. P. 205-281.
- CARTER, Harold (1987). An introduction to Urban Historical Geography. University College of Wales. 320 p.
- CARONE, Edgard (1978). O Centro Industrial do Rio de Janeiro e sua Importante Participação na Economia Nacional (1827-1977). Rio de Janeiro. Ed. Cátedra. 196 p.
- CASTRO, Iná. E. O Problema da Escala em Geografia. In: Geografia: Conceitos e Temas, orgs. I. E. Castro. P. C. C. Gomes. R. L. Corrêa. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- CASTRO, Iná. E. CORRÊA, R. L. GOMES, P. C. C. (1997). Explorações Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 367p
- CORRÊA, Roberto Lobato. (2001). Trajetórias geográficas. R. L. Corrêa; prefácio Milton Santos. – 2º ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 304p.
- _____, R. L. (2000). Espaço: Um conceito-chave da Geografia. In: Geografia: Conceitos e Temas, orgs. I. E. Castro. P. C. C. Gomes. R. L. Corrêa. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____, R. L. (1993). O Espaço Urbano. São Paulo: Ática.
- CORRÊA, R. L. (2003). Região e Organização Espacial. São Paulo: Ática.
- ESTAVILLE, Jr., Lawrence E. Organizing Time in Historical Geography. In: Grenn, D. Brooks (ed.). Historical Geography: a methodological portrayal. Savage, Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, c 1991. P 310-324.

- FIGUEIREDO, Cláudio (2005). O Porto e a cidade: o Rio de Janeiro entre 1565 e 1910. Rio de Janeiro: Casa da Palavra. 240p.: il.

- GOMES, Paulo César da Costa (1997). Geografia fin-de-siècle: O discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In. Explorações Geográficas. Org(s). I. E. Castro. P. C. C. Gomes. R. L. Corrêa. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

- GOMES, Paulo César da Costa (2002). A Condição Urbana: ensaios de geopolítica da cidade. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 304p

- GOMES, Paulo César da Costa (2003). Geografia e Modernidade. 4º ed.– Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

- KARASH, Mary. C. (2000). A vida dos escravos no Rio de Janeiro. – São Paulo: Companhia das Letras. 643 p

- LANGOTN, John. (1974). Residential patterns in pre-industrial cities: some case studies from seventeenth-century Britain. University of Liverpool.

- MARTINS, Luciana de Lima (2001). O Rio de Janeiro dos viajantes: o olhar britânico (1800-1850). Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar.

- OLIVEIRA, Geraldo de Beuclair Mendes de (1987). A Pré-Indústria Fluminense; 1808/1860. São Paulo: USP. Programa de Pós-Graduação em História, tese de doutorado

- PRED, Allan (1964). The Intra-Metropolitan Location of American Manufacturing. Annals of the Association of American Geographers

- PRED, Alan (1968). Manufacturing in the American Mercantile City: 1800-1840. University of Berkeley California. Annals of American Geographers.

- RADFORD, Jonh P. (1978). Testing the Model of the Pre-Industrial City: The Case of Ante-Bellum Charleston, South Carolina Transactions of the Institute of British Geographers, New Series, Vol. 4, No. 3 (1979), pp. 392-410
- SANTOS, Milton (2002). A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Edusp
- _____, Milton (2000). Território e Sociedade. Editora
- SJOBERG, Gideon (1952). Folk and Feudal Societies. American Journal of sociology, LVIII, 231-39.
- SJOBERG, Gideon (1960). The Preindustrial City. University of Texas.
- SJOBERG, Gideon (1955). The Preindustrial City. The American Journal of Sociology, Vol. 60, nº 5, World Urbanism. Pp. 438-445.
- SOARES, Luiz Carlos (1980). A manufatura na formação econômica e social escravista no S. Um estudo das atividades manufatureiras na região fluminense: 1840-1880. Niterói. Dissertação de Mestrado. PPGH/UFF.
- SPOSITO Maria Encarnação B.(2001). Capitalismo e Urbanização. 13 ed. Ed. – São Paulo: Contexto. 80p.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida. (1997) Os Agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial. In: CASTRO, I. E. GOMES, P. C. C. CORRÊA, R. L. (Orgs.) Explorações Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, pp 247-279.

Anexo 1

Tabela 1 – Endereço, quantidade e localização das oficinas e manufaturas de chapéus no ano de 1845

Endereço	Total de oficinas na rua	Número dos Estabelecimentos
Rua de São Pedro	16	153, 128, 145, 54, 51, 120, 55, 77, 94, 196, 130, 61, 68, 119, 257, 134,
Rua d'ajuda	5	8, 12, 14, 3, 43
Rua de São José	1	87,
Rua do Cano	1	36,
Rua do Ouvidor	2	113, 117,
Rua dos Ourives	5,	54, 22, 78 ^a , 55, 24
Rua do Hospício	3	64, 72, 146,
Rua do Sabão	4	108, 122, 67, 61,
Rua da Quitanda	1	1,
Rua do Conde	1	14,
Rua das Violas	1	73,
Total	40	

Tabela 2 – Endereço, quantidade e localização das oficinas e manufaturas de chapéus no ano de 1865

Endereço	Total de oficinas por rua	Número dos Estabelecimentos
Rua de São Pedro	33	122, 178, 51, 176, 206, 52, 40, 190, 132, 120, 126, 134, 53, 134, 204, 110, 148, 144, 98, 132, 146, 124, 96, 150, 194, 130, 136, 20, 165, 101, 157, 164, 4 ^a
Rua dos Pescadores	5	80 ^a , 184, 195, 156, 95
Rua da Quitanda	9	128, 195 ^a , 182, 126, 7b, 184, 160, 87, 165,
Rua dos Ourives	7	219, 205, 9, 14, 82 ^a , 88, 127,
Rua do Hospício	6	56, 228, 230, 72, 16b, 129 ^a ,
Praça da Constituição	1	36,
Largo de Santa Rita	1	24,
Rua do Ouvidor	4	99, 117, 82, 161,
Rua da Imperatriz	1	69,
Rua do Sabão	2	58, 61
Rua de São José	5	74, 36, 80, 87, 57,
Rua das Violas	3	47, 155, 37,
Rua de São Luiz Gonzaga	1	56,
Rua Nova de São Pedro	2	53, 74,
Rua da Carioca	3	38, 28, 48,
Rua Direita	1	149,
Rua da Saúde	1	199,
Rua da Alfândega	4	12, 74, 273, 122,
Rua da Lapa	1	30,
Rua d'ajuda	2	2, 7,
Rua Sete de Setembro	5	25, 35, 28, 42, 47
Rua d' Assembléia	3	86, 57, 66,
Rua dos Latoeiros	1	37,
Campo da Aclamação	1	57b,
Rua da Candelária	1	22,
Rua da Prainha	1	56
Praça da Constituição	1	74,
Largo do Capim	1	162,
Rua da Valla	1	81,
Rua de Bragança	1	33
Rua do Conde	1	13
Rua do Lavradio	1	41,
Total	110	

Tabela 3 – Endereço, quantidade e localização das oficinas e manufaturas de chapéus no ano de 1885

Endereço	Quantidade de Estabelecimentos por Rua	Numeração dos Estabelecimentos
Rua de São José	7	72, 36, 81, 85, 87, 74, 4,
Rua de Gonçalves Dias	1	71,
Rua de São Pedro	24	146, 150, 118, 126, 152 ^a , 52, 41, 43, 124, 126, 128, 102, 104, 138, 132, 134, 46, 94, 46, 176, 144, 35, 172, 158,
Rua da Quitanda	16	126, 65, 46, 53, 74 ^a , 2, 36, 5, 120, 75, 61, 74, 85 ^a , 82, 110, 79 ^a ,
Rua da Candelária	1	44,
Largo de São Francisco de Paula	2	8, 24,
Rua Uruguaiana	2	84, 95b,
Rua do Rosário	1	99,
Rua de São Luiz Gonzaga	2	19, 62,
Rua de Theophilo Ottoni	3	40, 31, 24,
Rua dos Andradas	2	8 ^a , 6,
Rua dos Ourives	9	16, 72, 68, 38, 48, 103, 34b, 80, 109,
Rua do Hospício	3	24, 206, 8
Rua do Ouvidor	2	109, 91,
Rua da Uruguaiana	4	3, 55, 82 ^a , 146,
Rua da Alfândega	2	140 ^a , 57,
Rua do Catete	1	110
Rua Sete de Setembro	12	54, 73, 1b, 82, 211, 46, 2, 4, 32, 24, 26, 233,
Rua da Saúde	2	207,
Rua do Visconde de Inhaúma	3	42, 14, 11
Rua da Carioca	9	118, 21, 132, 63, 9, 120, 36, 116, 63,
Rua do Núncio	1	25,
Rua da Ajuda	1	1,
Rua da Constituição	2	42, 60,
Rua de Gonçalves Dias	1	42,
Rua do Senador Eusébio	4	12, 51, 21, 24,
Rua d'ajuda	1	11
Rua Nova do Ouvidor	3	5, 139, 147,
Total	122	

Tabelas 4 - - Endereço, quantidade e localização das indústrias de Sabão e Velas ano de 1845

Localização	Quantidade	Número dos Estabelecimentos
Rua de Bemfica	1	10,
Ilha do Governador	1	?
Praia de São Cristóvão	1	67,
Rua do Morundú	1	?
Rua da Quitanda	1	23,
Praia dos Lázarus	1	?
Rua de São Cristóvão	1	103,
Praia Formosa	1	?
Ponta do Caju	1	?
Saco dos Alferes	1	113,
Rua da Misericórdia	3	16, 130, 82,
Largo de Santa Rita	1	12,
Rua do Fogo	1	37,
Rua de São Pedro	1	126,
Rua da Imperatriz	2	125, 110,
Rua do Núncio	1	15,
Rua da Cadêa	1	20,
Rua da Prainha	1	100
Rua de São José	1	39,
Rua dos Ourives	1	231,
Rua Nova do Conde	1	55,
Rua Nova de São Bento	1	34,
Rua da Alfândega	1	339,
Rua do Hospício	2	170, 142,
Rua do Cano	1	207
Rua d'ajuda	1	62,
Rua do Sabão	1	125
Total	31	

Tabela 5 - Endereço, quantidade e localização das oficinas, lojas e indústrias de Sabão e Velas ano de 1865

Endereço	Quantidade	Número dos Estabelecimentos
Praia do Sacco dos Alferes	5	177, ?, 6 ^a , 119, 163,
Praia da Gamboa	1	57,
Rua d'Assembléia	1	78,
Rua do Rosário	3	28, 22b, 130
Praia da São Cristóvão	2	57, 45,
Rua Formosa	3	60, 62, 97,
Praia dos Lázarus	1	7 ^a ,
Rua da Prainha	1	72,
Rua do Aterrado	13	8, 10, 38, 4, 12, 38, 6, 27, 98, 16, 34, 32, 12,
Rua da Valla	1	25,
Rua de São Diogo	2	27, 98,
Rua da Saúde	2	317, 319
Rua de S. Luiz Gonzaga	1	32,
Rua da Imperatriz	2	62, 110,
Rua do Livramento	1	1, 57 ^a ,
Rua das Violas	1	1,
Rua da Saúde	2	317, 319,
Rua Nova de São Pedro	1	46,
Rua do Murundu	1	A,
Largo do Paço	1	10,
Rua do Fogo	2	37, 85,
Rua Nova do Sabão	3	77, 48, 41,
Rua de Matacavallos	1	71,
Rua do Hospício	1	170,
Total	52	

Tabela 6 - Endereço, quantidade e localização das oficinas, lojas e indústrias de Sabão e Velas ano de 1885

Endereço	Quantidade	Número dos Estabelecimentos
Rua de São Pedro	5	115, 219, 86, 88, 28,
Rua Barcellos	2	2, 4,
Beco da Lapa	1	9,
Rua de Santa Cristina	1	15,
Rua do General Pedra	1	78,
Rua do Rosário	7	59, 10, 33 ^a , 10, 85, 15, 27
Rua do Senador Eusébio	2	170, 188,
Rua do Hospício	3	90, 52, 39,
Rua do Conde'Eu	1	318,
Beco de Bragança	1	11,
Praia de São Cristóvão	1	5,
Rua Real Grandeza	2	98 ^a , 33,
Rua Hadock Lobo	1	100,
Travessa de Santa Rita	1	16,
Rua Dois de Dezembro	1	16,
Rua dos Inválidos	1	77,
Praia do Sacco dos Alferes	3	44, 64 ^a , 253,
Rua dos Cajueiros	1	16,
Rua da Alfândega	1	88,
Rua Thephilo Ottoni	3	55, 57, 72,
Rua da Candelária	1	14,
Rua dos Andradas	2	29, 35 ^a ,
Rua Barão de Mesquita	1	98,
Rua da Saúde	1	180,
Rua do Lavradio	1	16,
Praia Formosa	2	183, 189,
Rua da Gamboa	3	223, 225, 205,
Rua dos Ourives	1	127, 177,
Rua da Alcântara	1	15,
Rua da Lapa	2	2, 47,
Rua da Prainha	1	68,
Rua Mariz e Barros	2	1, 3,
Rua de São Luiz Gonzaga	2	34, 138,
Rua da Harmonia	1	1 ^a ,
Rua do Senado	2	176, 178,
Total	62	

Tabela 7 - Endereço, quantidade e localização das oficinas, fábricas e indústrias de Charuto e Rapé no ano de 1845

Localização	Quantidade	Número de Estabelecimentos
Rua dos Pescadores	1	56,
Rua da Imperatriz	1	?
Rua do Livramento	1	18,
Rua da Cadêa	2	1, 8,
Rua da Prainha	1	87,
Praia da Saúde	1	53,
Rua de São José	4	46, 62, 26, 34,
Rua Fresca	1	17,
Rua da Misericórdia	3	13, 6, 28,
Rua da d' Ajuda	1	20,
Rua da Quitanda	2	192 ^a , 137,
Rua da Valla	1	95,
Rua de Matacavalos	1	?
Rua de São Cristóvão	1	66,
Rua Direita	5	58, 51, 2, 100, 104, 58,
Rua da Alcântara	1	12,
Total	28	

Tabela 8 - Endereço, quantidade e localização das oficinas, fábricas e indústrias de Charuto e Rapé no ano de 1865

Endereço	Quantidade de Estabelecimentos por Rua	Número dos Estabelecimentos
Praia dos Mineiros	1	15,
Rua Direita	3	68, 18, 53,
Rua da Candelária	1	12b,
Rua do Imperador	1	16,
Rua de Matacavallos	1	84 ^a ,
Praia do Saco dos Alferes	2	257, 10,
Rua do Sabão	6	397, 199, 74, 104, 148, 255
Rua Nova do Sabão	2	74, 66,
Rua de São Pedro	4	292, 186, 4, 2,
Rua do Ouvidor	1	50,
Rua Nova de São Pedro	1	80,
Rua da Carioca	2	24, 144,
Rua d'ajuda	1	55,
Rua dos Borbonos	3	11, 28, 14,
Rua do Conde	1	53 ^a ,
Rua da Prainha	2	45, 18,
Rua da Imperatriz	4	173, 108, 39, 169,
Rua dos Ourives	1	2,
Rua da Misericórdia	1	115,
Rua da Valla	4	96, 115, 166, 26,
Rua das Violas	3	96, 120, 136,
Praça da Constituição	1	62,
Largo de Santa Rita	1	6,
Rua da Assembléia	2	135, 102,
Rua do Fogo	2	51, 65,
Rua do Hospício	4	216, 23, 139, 35,
Rua da Alfândega	6	169, 235, 119, 167, 238, 290
Rua Larga de São Joaquim	1	106,
Rua do Rezende	1	36,
Rua Nova do Imperador	1	16,
Total	64	

Tabela 9 - Endereço, quantidade e localização das oficinas, fábricas e indústrias de Charuto e Rapé no ano de 1885

Endereço	Quantidade de Estabelecimentos por Rua	Número dos Estabelecimentos
Rua da Uruguaiana	4	96, 17, 170, 95b,
Rua do Ouvidor	7	64, 78, 149 ^a , 135 ^a , 117, 13, 85,
Rua de Gonçalves Dias	3	20, 69, 68,
Praça da Marinhas	2	77, 78,
Rua Luiz de Camões	1	22,
Rua do Riachuelo	2	22 ^a , 144,
Rua da Carioca	3	1 ^a , 124, 94,
Rua de São Pedro	4	87, 112, 278, 73,
Rua da Constituição	1	18,
Rua Primeiro de Março	4	139, 14, 2, 153,
Rua da Saúde	2	127, 67,
Rua da Misericórdia	3	1, 99, 22,
Rua da Guarda-Velha	2	24, 18,
Rua de São José	1	53,
Rua Sete de Setembro	4	90, 46 ^a , 20, 149,
Rua do Catete	1	173,
Rua da Assembléia	2	112, 51,
Rua dos Ourives	6	87 ^a , 108, 126, 125, 79, 32
Rua dos Andradas	6	4, 1, 77, 8c, 49, 29b,
Rua da Candelária	1	21b,
Rua de São Jorge	2	1 ^a , 3,
Rua do Lavradio	1	41,
Rua d'ajuda	2	48, 57,
Rua de São Luiz Gonzaga	2	19, 62,
Rua da Imperatriz	2	20, 139,
Rua do Rosário	5	73, 78, 46, 98, ?,
Rua de São Bento	2	31, 33
Rua de São Joaquim	1	70b,
R. Visconde de Rio Branco	3	253, 53, 16,
Rua Conde d'Eu	2	166, 106,
Rua do Hospício	3	7, 10, 12,
Rua Primeiro de Março	3	14, 2, 153,
R. Visconde de Itaúna	2	78, 74,
Rua da Quitanda	2	98, 69,
Rua da Alfândega	2	182, 150 ^a ,
Rua do Lavradio	1	139,
Rua da Passagem	2	2, 28,
Rua da Prainha	2	16b, 48,
Total	98	

Tabela 10 – Organização dos dados referentes à distribuição das lojas e oficinas de Marcenaria no ano de 1845.

Localização	Total de Estabelecimentos	Número dos Estabelecimentos
Rua d' Ajuda	10	58, 30, 104, 12, 94, 56, 92, 90, 41, 71
Rua d' Alfândega	12	142, 80, 84, 101, 93, 94, 98, 60, 92, 99, 107, 196,
Rua dos Latoeiros	4	17, 66, 77, 42,
Rua do Cano	3	112, 135, 68,
Rua dos Ciganos	1	40,
Rua da Cadêa	1	116,
Rua da Quitanda	1	20,
Total	32	

Tabela 11 – Numeração das lojas e oficinas de Marcenaria encontradas no Almanak Laemmert no ano de 1865

Localização	Total de Estabelecimentos	Número dos Estabelecimentos
Rua d' Ajuda	8	96, 78, 117, 71, 12, 95, 85, 108,
Rua de S. Clemente	2	42, 68b,
Rua do Hospício	1	59,
Rua do Sacramento	1	2 ^a ,
Rua do Núncio	1	29,
Rua do Catete	3	4, 145, 237
Rua da Guarda-Velha	2	25, 31,
Rua da Imperatriz	10	50, 34, 101, 76 ^a , 66, 36, 127, 72, 65, 42,
Rua do Sabão	3	172, 201, 126
Rua do Fogo	2	35 ^a , 52
Rua Nova do Príncipe	2	21, 58
Rua dos Arcos	3	10, 15, 11,
Rua do Costa	3	14 ^a , 14b, 18,
Rua d' Alfândega	14	209, 157b, 95, 152, 144, 157, 111, 78, 80, 82, 85, 99, 134, 159, 201, 183
Rua de S. Joaquim	2	12,
Rua do Carvalho de Sá	1	72,
Rua das Flores	1	38, 40, 42b,
Rua do Regente	3	92, 113
Rua da Prainha	2	42, 25, 38, 40,
Rua dos Ciganos	4	8,
Rua de Santo Antônio	1	107, 70,
Rua de São José	2	100, 179, 159, 157, 142, 75,
Rua Sete de Setembro	6	55, 12
Rua da Princesa	2	114
Rua da Assembléia	1	41, 176, 182
Rua Senhor dos Passos	3	23,
Rua do Sacramento	1	29,
Rua da Misericórdia	1	253, 243, 284, 312, 318,
Rua de São Pedro	5	
Rua de Luiz Gonzaga	1	1,
Rua dos Latoeiros	3	73, 33, 13,
Rua Nova do Conde	1	121,
Rua de São Jorge	1	29,

Rua do Regente	1	1, 17,
Rua dos Borbonos	4	22, 33, 68, 54,
Rua da Carioca	1	
Rua do Lavradio	3	53, 31, 80
Rua Formosa	1	118,
Rua dos Pescadores	1	77,
Rua dos Ourives	1	107,
Beco dos Aflitos	1	8,
Total	111	

Tabela 12 – Numeração das lojas e oficinas marcenaria encontradas no Almanak Laemmert no ano de 1885

Localização	Total de Estabelecimentos	Número dos Estabelecimentos
Rua da Conceição	2	96,96 ^a ,
Rua da Alfândega	9	210, 67, 69, 126, 251, 215, 170, 103, 105,
Rua do Barão de São Félix	1	20
Rua do Senador Pompeu	6	45, 24, 37, 40, 48, 50,
Rua do Costa	1	24
Rua d'ajuda	3	84, 8, 89,
Rua do Visconde de Itaúna	1	149
Rua da Passagem	1	12
Rua das Laranjeiras	2	14, 131,
Rua Nova do Ouvidor	1	15
Rua do Riachuelo	1	109
Rua do Senador Eusébio	1	72
Rua da Imperatriz	4	66, 73, 100, 84,
Rua da América	1	81
Rua da Misericórdia	3	40, 56, 61,
Rua de São José	3	33, 112, 50,
Beco do Carmo	1	7
Rua Sete de Setembro	2	89, 209,
Rua dos Voluntários da Pátria	1	2
Rua de Santa Luzia	1	34,
Rua da Assembléia	1	80,
Rua do Conde d'Eu	1	150
Rua Senhor dos Passos	1	75,
Rua do Núncio	1	50,
Rua de São Pedro	5	229, 221, 225, 149, 151,
Rua do Hospício	1	174
Rua de São Luiz Gonzaga	1	8,
Rua de São Clemente	1	66,
Rua Theophilo	2	131, 98,
Rua da Imperatriz	1	100
Rua de São Joaquim	1	185
Rua da Saúde	1	179,
Rua do Lavradio	6	79, 97, 93, 143 15, 109,
Rua do General Câmara	3	147, 89, 122
Rua da Carioca	1	31,
Rua Uruguaiana	2	149, 188,
Rua dos Ourives	2	35, 64
Rua Sete de Setembro	2	114, 136,
Total	77	

Tabela 13 – Endereço, quantidade e localização das oficinas de Ferreiros e Serralheiros no ano de 1845

Endereço	Quantidade de Estabelecimentos por Rua	Número dos Estabelecimentos
Largo da Prainha	1	8,
Nova de São Francisco da Prainha	3	51, 7, 40,
Rua de São José	1	67,
Rua do Aterrado	1	11,
Rua da Cadêa	1	109
Rua da Alfandêga	1	386,
Rua dos Ourives	1	144,
Rua do Conde	1	16,
Rua da Saúde	1	18,
Rua do Carmo	1	8,
Rua das Violas	4	110, 49, 84, 34,
Rua da Imperatriz	4	120, 25, 19, 139,
Total	20	

Tabela 14 – Endereço, quantidade e localização das oficinas de Ferreiros e Serralheiros no ano de 1865

Endereço	Quantidade de Estabelecimentos por rua	Número dos Estabelecimentos
Rua dos Ourives	1	44,
Rua da Saúde	6	166, 97, 87, 91, 65, 167,
Rua da Prainha	3	59, 97, 40,
Rua dos Pescadores	1	72,
Rua de São Diogo	2	21, 11,
Rua da Valla	4	161, 77, 34, 74,
Rua das Violas	8	129, 132, 110, 127, 162, 108, 135, 162,
Rua de Carvalho de Sá	1	1c
Rua da Formosa	2	171, 173,
Rua do Príncipe	1	109,
Rua Nova de São Pedro	1	31 ^a ,
Rua da Assembléia	1	81,
Rua do Aterro	1	14,
Rua de São Clemente	1	29,
Rua do Catete	2	2h, 136,
Rua dos Cajueiros	1	4,
Rua dos Latoeiros	1	38,
Rua de São Cristóvão	1	32,
Rua do Rosário	1	101,
Rua do Carmo	2	8, 14,
Rua de São Pedro	3	332 ^a , 320 ^a , 188
Rua da Conceição	4	21, 23, 25, 48,
Ladeira do Livramento	1	19,
Campo da Aclamação	1	119,
Campo de São Cristovão	1	69,
Rua do Resende	1	75 ^a ,
Rua Nova do Conde	1	142,
Velha de S. Frc. da Prainha	1	13,
Rua do Pr. dos Cajueiros	1	107
Beco dos Aflitos	1	5,
Rua do Livramento	1	3,
Rua da Imperatriz	3	151, 53, 55,
Travessa da Saudade	1	11,
Rua dos Beneditinos	1	26,
Praia de Botafogo	1	92d,
Rua de São José	2	101, 67,
Rua de São Luis Gonzaga	1	3,
Rua Sete de Setembro	1	219,
Total	67	

Tabela 15 – Endereço, quantidade e localização das oficinas de Ferreiros e Serralheiros no ano de 1885

Endereço	Quantidade de Estabelecimentos por rua	Número dos Estabelecimentos
Rua da Guarda Velha	1	36,
Rua da Saúde	9	98, 58, 60, 68, 95, 25, 43, 133, 138,
Rua de Theophilo Ottoni	7	126 a 130 , 118, 100,
Rua da Prainha	5	143 a 147,
Rua da Lapa	1	87,
Rua dos Inválidos	1	122,
Rua dos Ourives	1	130,
Rua da Conceição	1	58,
Rua Hadock Lobo	2	3, 14,
Rua Voluntários da Pátria	1	80,
Rua do Catete	3	183, 115, 22,
Rua de São Clemente	1	56,
Travessa de Santa Rita	2	22 e 24,
Rua do Conde d'Eu	2	168, 92,
Rua do General Câmara	1	104,
Rua da América	1	15,
Rua Humaytá	1	55,
Rua do Senador Eusébio	1	15,
Rua do Conde d'Eu	1	150,
Rua da Imperatriz	3	101 e 118 a 122,
Rua da Candelária	1	46,
Rua do Riachuelo	1	100,
Largo do Novaes	1	8,
Rua do Alcântara	1	77,
Rua do General Caldwell	2	83, 24,
Rua do Senado	2	37, 137,
Rua de São Pedro	1	110,
Rua do Livramento	1	7,
Rua da Lapa	2	35, 53,
Rua dos Beneditinos	1	10,
Rua da Gambôa	1	92,
Rua da Uruguaina	2	151, 137,
Rua Nova de São Francisco da Prainha	2	11, 13,
Rua de São Cristóvão	2	68, 56,
Rua de Theophilo Ottoni	1	99,
Praia do Saco dos Alferes	1	28,
Rua do Rosário	1	126,
Rua do Resende	1	103,

Rua de São Pedro	9	301, 303 e 304 a 310
Rua de São Joaquim	3	191, 193, 195,
Rua da Assembléia	1	99,
Rua da Carioca	1	96,
Rua da Prainha	3	45, 47, 49,
Rua da Glória	1	12,
Rua de São Luiz Gonzaga	1	5,
Rua Nova do Livramento	1	7,
Rua do Barão de São Félix	1	67,
Rua de Carvalho e Sá	1	11,
Rua de Gonçalves Dias	1	65,
Total	92	

Tabela 16 – Indicação da Localização e do números de oficinas de Carpinteiros em 1845 usando o Almanak Laemmert

Localização	Total de Estabelecimentos	Número dos Estabelecimentos
Rua da Prainha	1	57,
Rua das Violas	6	86, 96, 98, 114, 78, 83,
Rua da Princesa em Vallongo	1	125
Rua da Misericórdia	4	21 ^a , 78, 89, 76
Rua do Sabão	1	241,
Rua do Cattete	1	205,
Rua da Glória	1	18,
Rua da Imperatriz	1	39,
Rua d' Alfândega	1	125,
Rua da Saúde	1	12
Total	18	

Tabela 17 – Indicação da Localização e dos números de oficinas de Carpinteiros em 1865 usando o Almanak Laemmert

Localização	Total de Estabelecimentos	Número dos Estabelecimentos
Rua da Vala	3	35, 190, 27,
Rua do Sabão	3	131, 99, 126,
Rua do Hospício	3	59, 131, 180
Praia da Gamboa	2	2, 10
Largo da Lapa	1	13,
Rua de São Pedro	3	259, 243, 153,
Rua do Sacramento	1	6
Rua da Carioca	2	92, 94,
Rua dos Ciganos	2	30, 19
Rua das Violas	8	64, 166, 174, 187, 86, 140, 113, 99
Beco de Bragança	1	14,
Rua do Catete	3	136, 116, 195,
Rua d'Ajuda	1	39,
Rua do Fogo	1	25,
Rua do Príncipe	1	99,
Rua da Saúde	3	129, 92, 88
Rua da Prainha	5	49, 77, 57, 80, 113,
Rua da Misericórdia	2	33, 19
Rua Nova do Sabão	1	42
Rua de São José	3	32, 14, 110,
Rua Sete de Setembro	1	211
Rua de São Clemente	1	25,
Rua dos Borbonos	2	11, 36,
Rua da Guarda Velha	1	42
Rua da Carioca	1	98,
Rua da Imperatriz	3	121, 31, 77
Rua d'alfândega	3	146, 230, 159
Rua Estreita de São Joaquim	1	17,
Rua do Conde	1	67,
Rua Nova de São Pedro	1	54,
Rua de São Joaquim	3	154, 207, 21,
Rua do Aterrado	1	138,
Rua do rosário	1	103
Rua Nova do Conde	1	230,
Total	70	

Tabela 18 – Indicação da Localização e dos números de oficinas de Carpinteiros em 1885 usando o Almanak Laemmert

Localização	Total de Estabelecimentos	Número dos Estabelecimentos
Rua Sete de Setembro	2	205,114
Rua da alfândega	5	210, 93, 103, 170, 200,
Rua da Imperatriz	1	52,
Rua Senhor dos Passos	2	31b, 75,
Rua Visconde de Itaúna	1	149,
Rua da Misericórdia	3	82, 70, 56,
Rua de São José	4	33, 66, 34, 110,
Rua do General Câmara	3	8, 181, 89,
Rua d'ajuda	4	62, 78, 2, 55,
Rua do Hospício	1	268,
Rua de São Pedro	4	128, 302, 151, 313
Rua Hadock Lobo	1	20,
Rua de São Joaquim	1	189,
Rua do Rosário	1	36,
Rua da Prainha	2	72, 110
Ponta do Caju	1	?
Rua do Senador Cassiano	2	?, 61,
Rua do Sacramento	1	23,
Rua de Santo Antônio	1	?
Rua do Lavradio	2	81, 93,
Rua do Riachuelo	1	89,
Rua dos Andradas	1	8,
Rua do General Caldwell	1	41,
Rua Paysandú	1	29,
Praia Formosa	1	261,
Rua do Núncio	1	26,
Rua do Humaytá	1	18,
Rua de São Luiz Gonzaga	1	72,
Rua Voluntários da Pátria	1	99,
Boulevard, 28 de Setembro	2	64, 1ª,
Rua da Prainha	1	51,
Rua do Senador Vergueiro	1	49,
Rua Sorocaba	1	24,
Rua da Uruguaiana	2	23, 188,
Rua de Estácio de Sá	1	54,
Theophilo Ottoni	1	98,
Total	60	